REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Relatório

Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Monapo (Distrito e Município)

RLV2025
REVISÃO LOCAL VOLUNTÁRIA
MONAPO

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Monapo (Distrito e Município)

Entidades envolvidas: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Planificação; Governo do Distrito de Monapo; Conselho Municipal da Vila de Monapo -CMVM.

Coordenação: UNDESA/ECA

Nampula, 2025

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS 1
PREFÁCIO 2
AGRADECIMENTOS 3
INTRODUÇÃO 4
CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES 5
CAPÍTULO 2: CONTEXTO 6
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA 8
FASES E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE RLV 8
LIMITAÇÕES OBSERVADAS 11
CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS 13
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES 33
ANEXOS 35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1 14
Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 2 17
Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 3 20
Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 4 23
Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 5 26
Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 6 28
Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 11 31

LISTA DE ABREVIATURAS

APEs	Agentes Polivalentes Elementares
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CCPC	Comités Comunitários de Protecção da Criança
CMVM	Conselho Municipal da Vila de Monapo
DSDG	Divisão para os ODS
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
ECA	Comissão Económica África
ETLs	Equipas Técnicas Locais
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
GFD	Grupos Focais de Discussão
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito Sobre Orçamento Familiar
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NDNT	Não Deixar Ninguém para Trás
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OCB	Organização Comunitária de Base
OSC	Organização da Sociedade Civil
PASP	Programa de Acção Social Produtiva
PcDs	Pessoas com Deficiência
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PFLs	Pontos Focais Locais
PFPs	Pontos Focais Provinciais
PQG	Programa Quinquenal do Governo
POA	Plano e Orçamento Autárquico
PRONASAR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
PSSB	Programa de Subsídio Social Básico
QNI	Quadro Nacional de Indicadores
RAMAS	Repartição de Apoio à Mulher e Ação Social
RCO	Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas
RLV	Revisão Local Voluntária
RNV	Revisão Nacional Voluntária
SAA	Sistemas de Abastecimento de Água
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
TB	Tuberculose
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PREFÁCIO

Este documento faz parte do projecto de Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) implementado pela Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), com o apoio do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCO), em parceria com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), a Província de Nampula, o Distrito e o Município de Monapo.

A RLV do território local de Monapo (Distrito e Município) marca um momento significativo na consolidação dos esforços locais para a materialização da Agenda 2030. Este relatório apresenta o estado de implementação dos ODS prioritários para o distrito – ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 – reflectindo o compromisso das instituições locais em fortalecer a governação, orientar a planificação baseada em evidências e reforçar a participação dos cidadãos. O documento compila a experiência do Distrito e Município de Monapo na implementação da Agenda 2030, fornecendo uma avaliação realista dos progressos, desafios e oportunidades na implementação dos ODS, alinhada com a metodologia da UNDESA e Comissão Económica África (ECA), com a orientação dos Consultores que apoiaram o processo.

A elaboração desta RLV resulta de um processo colaborativo envolvendo instituições governamentais a nível distrital e provincial, serviços técnicos, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, sector privado, academia e diversos grupos vulneráveis. Este processo é fundamental para garantir que os ODS sejam efectivamente integrados nas políticas e acções locais e reafirma o compromisso do Distrito e Município de Monapo em "não deixar ninguém para trás" e em promover um caminho de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável.

Os dados e análises aqui apresentados constituem uma referência essencial para o diálogo político, a tomada de decisões informadas e a definição de prioridades estratégicas nos próximos ciclos de planificação local. A selecção dos ODS prioritários considerou as competências administrativas dos governos locais e as suas áreas de actuação, permitindo estruturar quadros de indicadores alinhados às metas nacionais. A definição final dos indicadores resultou da combinação entre estas responsabilidades institucionais e um conjunto de referências técnicas, incluindo estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), projecções demográficas, sistemas sectoriais de informação e políticas nacionais.

A metodologia da RLV orientou a adaptação das metas globais à realidade socioeconómica e institucional local, contribuindo para a sua integração nos instrumentos de planificação e orçamentação. O princípio da participação inclusiva norteou todo o processo, assegurando o envolvimento activo de diversos actores, tais como as entidades governamentais, sociedade civil, academia, sector privado e actores comunitários. Workshops locais funcionaram como espaços de diálogo, aprendizagem e concertação, fortalecendo capacidades de planificação, monitoria e avaliação. Estes encontros foram amplamente reconhecidos pelos participantes como um dos principais valores acrescentados do processo, ao promoverem escuta activa, alinhamento de perspectivas e coordenação entre diferentes níveis da governação.

Assim, para além de constituir um instrumento de análise, a RLV configura também um exercício prático de governação participativa e integração territorial, traduzindo um compromisso colectivo com a implementação da Agenda 2030. As suas conclusões alimentarão igualmente os mecanismos provinciais e nacionais de monitoria dos ODS, incluindo a Revisão Nacional Voluntaria (RNV) actualmente me curso.

AGRADECIMENTOS

A preparação desta RLV não teria sido possível sem a colaboração activa de múltiplas instituições e actores locais. A equipa de trabalho para a elaboração do relatório expressa o seu profundo agradecimento: ao Governo do Distrito de Monapo e Conselho Municipal da Vila de Monapo (CMVG); À Equipa Técnica responsável pela coordenação da RLV, pelo trabalho de sistematização e análise. À sociedade civil, organizações comunitárias e representantes de mulheres, jovens e pessoas com deficiência e idosos, pelas contribuições durante consultas locais; aos parceiros de desenvolvimento que ofereceram apoio metodológico e técnico, incluindo as orientações constantes no documento de referência da UNDESA.

Este relatório é fruto de um esforço colectivo e reflecte a visão conjunta de um território local de Monapo mais inclusivo, próspero e sustentável.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada por todos os Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objectivos concebidos para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades, promover prosperidade partilhada, proteger o ambiente e reforçar a paz, a justiça e instituições eficazes. Embora global, esta Agenda só se materializa plenamente quando traduzida para as realidades dos vários territórios subnacionais, pois é ao nível local que os serviços públicos são prestados, que as desigualdades se manifestam e que as populações experienciam, no quotidiano, os avanços e desafios do desenvolvimento. Assim, a localização dos ODS constitui um elemento central para assegurar que ninguém é deixado para trás, reforçando a necessidade de integrar metas, indicadores e princípios da Agenda 2030 nos processos de planificação municipal e distrital.

Neste quadro, a Revisão Local Voluntária (RLV) emerge como um instrumento estratégico para monitorar a implementação dos ODS ao nível territorial. A RLV permite avaliar progressos, identificar lacunas na produção estatística, mapear desafios institucionais e operacionais, fortalecer a coordenação entre sectores e promover uma cultura de planificação baseada em evidências. Para além disso, oferece um mecanismo de participação inclusiva, mobilizando instituições governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado e comunidades para uma reflexão conjunta sobre prioridades e soluções na base de informação objectiva e actualizada.

O Distrito e Município de Monapo foram seleccionados para este exercício de RLV devido ao seu papel estratégico na província, à sua relevância socioeconómica, às dinâmicas demográficas em transformação e ao compromisso demonstrado na implementação dos instrumentos de planificação local, tais como o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) e o Plano e Orçamento Autárquico (POA). A sua posição geográfica, a crescente pressão sobre os serviços sociais, a centralidade da agricultura familiar e as vulnerabilidades ambientais conferem ao território uma importância particular no contexto do desenvolvimento provincial e nacional. A RLV de Monapo representa, assim, uma oportunidade para consolidar diagnósticos e reforçar a capacidade de monitoria e reporte ao nível local.

O presente relatório baseia-se em fontes oficiais (balanços dos instrumentos de planificação local, estatísticas do INE e relatórios/balanços sectoriais) e contributos qualitativos recolhidos em consultas, workshops, entrevistas e grupos focais com actores governamentais, lideranças comunitárias, jovens, mulheres e representantes de grupos vulneráveis. Foram priorizados os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, por reflectirem áreas directamente ligadas ao bem-estar da população e à provisão de serviços essenciais: redução da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e agricultura (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação inclusiva e de qualidade (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), acesso à água e saneamento (ODS 6), e urbanização inclusiva e resiliente (ODS 11). Estes ODS espelham as competências administrativas do governo distrital e municipal e os desafios prioritários para o desenvolvimento.

O relatório está estruturado em cinco capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta os antecedentes e enquadramento nacional e global das RLVs. O Capítulo 2 caracteriza o território de Monapo, abordando aspectos geográficos, demográficos, económicos, sociais e institucionais que contextualizam a implementação dos ODS. O Capítulo 3 descreve a metodologia da RLV, incluindo processos de recolha, validação e análise de dados. O Capítulo 4 apresenta o diagnóstico detalhado dos ODS seleccionados, analisando tendências, desafios, oportunidades e indicadores disponíveis. O Capítulo 5 sintetiza as principais conclusões e formula recomendações orientadas para a aceleração local dos ODS.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece um quadro global orientado para a erradicação da pobreza, a protecção do planeta e a promoção da prosperidade e da paz. O seu carácter universal exige não apenas compromissos a nível nacional, mas também a mobilização activa dos governos subnacionais, responsáveis pela implementação directa de grande parte das políticas públicas que afectam o bem-estar das populações. A concretização das metas globais depende, assim, da capacidade de integrar os ODS nos instrumentos de planificação, orçamentação e monitoria ao nível territorial — processo conhecido como localização dos ODS.

Em Moçambique, o Governo tem vindo a consolidar este compromisso através da incorporação sistemática dos ODS no Sistema Nacional de Planificação. Documentos estratégicos como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) e os instrumentos de planificação locais reflectem esta harmonização. Estes enquadramentos articulam-se, por sua vez, com outras agendas internacionais, como a Agenda 2063 da União Africana, consolidando uma visão coerente de desenvolvimento sustentável para o país.

A Reforma de Descentralização recente reforça ainda mais a centralidade dos governos locais — provinciais, distritais e autárquicos — na implementação dos ODS, ao transferir competências, recursos e responsabilidades que ampliam o seu papel na prestação de serviços públicos e na gestão do desenvolvimento territorial. A Revisão Nacional Voluntária (RNV) de 2020 já havia sublinhado a necessidade de fortalecer estas capacidades e melhorar os mecanismos de monitoria ao nível local. Neste contexto, as RLVs surgem como instrumentos estratégicos para avaliar, de forma participativa e contextualizada, os progressos e desafios na implementação dos ODS ao nível dos territórios.

As RLVs permitem fortalecer a monitoria, melhorar a disponibilidade de dados, promover transparência e assegurar alinhamento entre os níveis local e nacional. Globalmente, mais de 200 governos locais de todos os continentes já realizaram exercícios deste tipo, demonstrando o seu valor como mecanismos de aprendizagem institucional e de aceleração dos ODS. Em Moçambique, o processo de ensaio metodológico das RLVs foi iniciado em 2024, numa parceria entre o MPD, a Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA/DSDG), o UN-Habitat e o PNUD. Para este projecto piloto foram seleccionados seis territórios locais, incluindo Monapo, com base em representatividade regional, sinergias com iniciativas de apoio ao desenvolvimento local e manifestação formal de interesse das lideranças distritais e municipais.

As RLVs pretendem ser instrumentos estruturados de monitoria, capazes de produzir diagnósticos localizados, reforçar sistemas de dados e propor estratégias de aceleração dos ODS, constituindo assim plataformas de aprendizagem institucional. Para o presente exercício foram seleccionados sete ODS prioritários — ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 — alinhados com desafios e prioridades identificados nos instrumentos de planificação local. Estes objectivos reflectem problemáticas críticas para o desenvolvimento territorial: pobreza multidimensional, insegurança alimentar, pressão sobre serviços básicos, desigualdades de género, expansão urbana desordenada e fragilidades estruturais nos sistemas de água e saneamento.

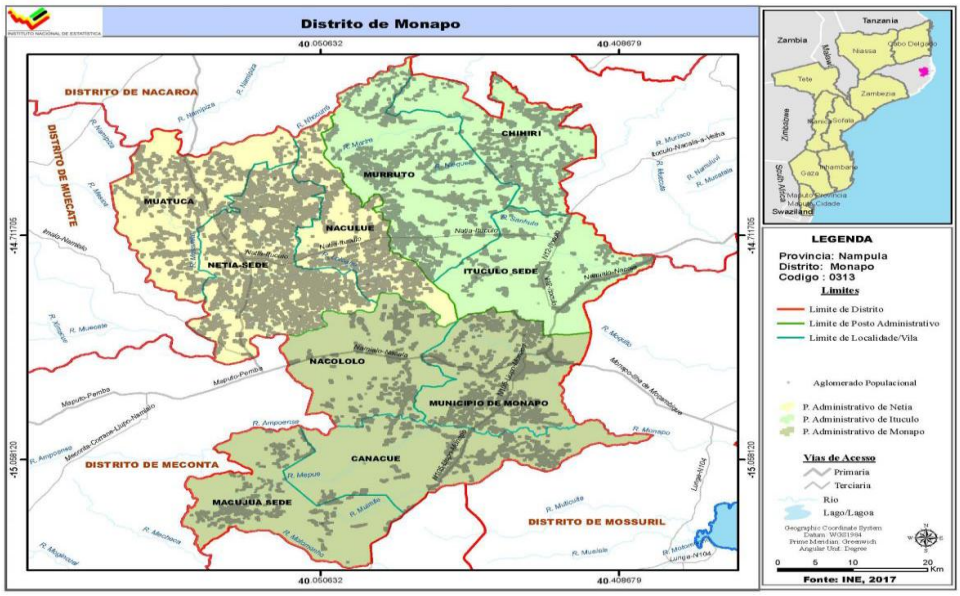
CAPÍTULO 2: CONTEXTO

O Distrito e Município de Monapo situam-se no Norte de Moçambique, fazendo parte da Província de Nampula e compreendendo uma área territorial de cerca de 3.598 km², correspondente a cerca de 4,4% da área total da Província de Nampula (81.606 km²). Monapo está a aproximadamente 129 km da Cidade de Nampula, integrando uma zona estratégica do Corredor de Desenvolvimento do Norte. A sua localização confere-lhe uma importância geoeconómica relevante, uma vez que a sede distrital se encontra num entroncamento rodoviário que liga as principais vias nacionais em direcção a Nacala-Porto, Ilha de Moçambique e Quixaxe-Mogincual, facilitando a circulação de pessoas, bens e serviços.

Associado a esta posição estratégica, Monapo apresenta relevantes potencialidades económicas e socioculturais que, desde o período colonial, o consolidaram como uma das principais referências da sub-região costeira no que respeita à atracção de investimentos públicos e privados. Esta centralidade territorial tem favorecido a instalação de infraestruturas produtivas, comerciais e de serviços, reforçando o papel do distrito como pólo dinamizador do desenvolvimento económico regional.

Monapo integra parte da Bacia Hidrográfica do Rio Monapo, que drena uma grande área (estimada em cerca de 8 047 km²) e atravessa vários distritos da província, influenciando os padrões de uso do solo, disponibilidade de água e potencial agrícola. O clima predominante é classificado como tropical seco a semiárido, com precipitação concentrada numa parte do ano, o que expõe o distrito a desafios relacionados à escassez de água potável e à gestão de recursos hídricos (Martins, Batista, & Cabral, 2021).

Do ponto de vista geofísico-administrativo, o Distrito de Monapo é limitado a norte pelo Distrito de Nacarôa, através do Rio Nhocurre, e por Mecuburi ao longo da Estrada Nacional N.º 1 (EN1). A sul, confina com os Distritos de Mogincual e Mossuril, sendo os limites naturais definidos pelos rios Mutomonho, Mihimite e Monapo, respectivamente. A leste, faz fronteira com os Distritos de Nacala-à-Velha e Mossuril, enquanto a oeste limita com o Distrito de Meconta, tendo como referências o Rio Monapo, a EN1 e a linha férrea. Monapo integra igualmente o Município de Monapo-Vila, onde funciona a sede distrital, organizado em três Unidades Administrativas, Monapo-Rio, Napala e Carapira.



Administrativamente, o distrito encontra-se organizado em três Postos Administrativos – Monapo-Sede, Itoculo e Netia – que abrangem nove localidades, nomeadamente Netia-Sede, Muatuca, Naculué, Itoculo-Sede, Murruto, Chihiri, Canacué, Nacololo e Mucujua. A estrutura territorial inclui ainda 54 regulados e 27 povoações, reflectindo uma organização administrativa fortemente ancorada em sistemas tradicionais de governação local. Conta ainda com um total de 745 líderes comunitários, dos quais 21 são mulheres, distribuídos por diferentes níveis de liderança: 206 do primeiro escalão (incluindo régulos e secretários), 146 do segundo escalão e 393 do terceiro escalão. Esta estrutura desempenha um papel central na mobilização comunitária, gestão local de conflitos e implementação de políticas públicas a nível de base.

De acordo com as projecções demográficas de 2025 baseadas nos resultados definitivos do Censo de 2017, Monapo conta com uma população estimada em 496 958 habitantes, dos quais 241 489 são mulheres, representando cerca de 7,1% da população total da província. A densidade populacional é de aproximadamente 138,1 habitantes por km², evidenciando uma pressão crescente sobre os recursos naturais, infraestruturas e serviços sociais básicos.

A principal actividade económica do Distrito de Monapo é a agricultura, beneficiando de extensas áreas de solos férteis adequados à produção da maioria das culturas tropicais. A economia agrícola assenta essencialmente em dois sistemas produtivos: a agricultura de subsistência, orientada para a segurança alimentar das famílias, e a agricultura de rendimento, vocacionada para o mercado.

Com base na dinâmica económica local, nos processos de consulta comunitária realizados no âmbito da planificação distrital e na avaliação dos resultados produtivos dos últimos anos, foram identificadas três culturas estratégicas consideradas vectores do Desenvolvimento Económico Local (DEL), nomeadamente o algodão, a castanha de caju e o gergelim. Estas culturas apresentam elevado potencial de geração de rendimento, criação de emprego e dinamização das cadeias de valor locais.

O distrito detém vantagens competitivas na produção de algodão, gergelim e hortícolas, posicionando-se de forma favorável na região intermédia da província. A exploração sustentável destas culturas, associada ao fortalecimento das cadeias de valor, é vista como um elemento chave para acelerar o desenvolvimento económico local. Paralelamente, as principais culturas de subsistência incluem a mandioca, o milho e os feijões, que constituem a base alimentar da maioria dos agregados familiares.

A agricultura comercial é praticada sobretudo em moldes empresariais, com destaque para a produção de algodão, sisal, castanha de caju e banana. Em resposta aos impactos das alterações climáticas, registam-se esforços de diversificação produtiva, como o caso da Empresa Jacaranda, que introduziu a cultura do rícino associada à produção de banana, ocupando uma área de cerca de 834 hectares.

No sector industrial, funcionam em Monapo 13 unidades fabris, das quais cinco são de grande dimensão, três de média e cinco de pequena escala. Estas unidades dedicam-se ao processamento de sabão, óleo, algodão, sisal, castanha de caju e produção de pão. Complementarmente, as micro-empresas de agro-processamento (moageiras), e a agricultura familiar constituem importantes alavancas da economia local, contribuindo para a geração de emprego e reforço da resiliência económica das comunidades.

Portanto, o contexto territorial, demográfico, socioeconómico e institucional de Monapo revela um território com forte centralidade estratégica e elevado potencial agrícola e produtivo, coexistindo com pressões demográficas, vulnerabilidades climáticas e desafios estruturais na provisão de infraestruturas e serviços. Estes factores são determinantes para a definição dos ODS priorizados no presente relatório de RLV e para a leitura crítica dos avanços, limitações e desafios analisados nos capítulos subsequentes.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A metodologia adoptada para a elaboração do relatório da RLV foi estruturada em conformidade com as orientações globais das Nações Unidas e os instrumentos nacionais de planificação, incorporando princípios de rigor analítico, inclusão social, participação multissectorial e alinhamento com a Agenda 2030. O processo combinou gestão do conhecimento, recolha, análise de dados e participação, de modo a produzir um diagnóstico robusto e representativo das dinâmicas locais de implementação dos ODS.

A estratégia metodológica assentou na integração de três pilares complementares. O primeiro correspondeu à coordenação técnica e gestão do conhecimento, assegurada pelos consultores contratados pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e pela UNDESA/ECA, responsáveis pelo enquadramento conceptual, harmonização de procedimentos e garantia da qualidade do processo. O segundo pilar correspondeu à recolha, organização e análise de dados, conduzida pelos Pontos Focais Locais (PFLs), Equipas Técnicas Locais (ETLs) e Pontos Focais Provinciais (PFPs), com apoio contínuo do consultor. O terceiro pilar assentou nos processos participativos locais — workshops multissetoriais, consultas temáticas e grupos focais comunitários — que permitiram integrar evidências qualitativas e assegurar que as percepções das partes interessadas fossem incorporadas no diagnóstico.

Fases e etapas da produção do relatório de RLV

A RLV foi estruturada em quatro fases interdependentes, combinando acções de gestão do conhecimento, apoio técnico, coordenação interinstitucional, recolha de evidências e processos participativos. Cada fase gerou resultados que fundamentava a seguinte, assegurando um ciclo contínuo de aprendizagem.

A fase de iniciação e planificação estratégica

A fase de iniciação e planificação estratégica marcou o arranque formal do processo de elaboração da RLV, estabelecendo os fundamentos institucionais, metodológicos e operacionais que orientaram todo o exercício de localização dos ODS. Um elemento central e inovador desta fase foi a criação de uma estrutura conjunta e unificada Distrito–Município, materializada através da articulação entre os serviços distritais e o Conselho Autárquico de Monapo. Esta abordagem permitiu superar a tradicional fragmentação institucional, promovendo uma leitura integrada do território e assegurando coerência entre as competências distritais e municipais na implementação da Agenda 2030.

Com base nas competências administrativas dos governos locais e nas áreas de actuação distrital e municipal, foram seleccionados os ODS mais relevantes para o território local. A partir dessas competências, e em alinhamento com as metas nacionais do Quadro. Nacional de Indicadores (QNI) dos ODS em Moçambique, foram construídos quadros de indicadores estruturados com recurso a dados administrativos locais, estatísticas oficiais do INE, sistemas sectoriais de informação e políticas públicas em vigor. A definição dos indicadores finais resultou da triangulação entre estas referências técnicas e as prioridades identificadas pelas ETLs durante as consultas territoriais, garantindo que o diagnóstico reflectisse as especificidades socioeconómicas e institucionais do distrito.

Nesta fase foram igualmente realizadas acções de capacitação técnica, com os seguintes focos principais:

- Introdução à Agenda 2030 e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Uso de indicadores ODS e alinhamento com o Quadro Nacional de Indicadores;
- Metodologia a ser seguido no processo de localização dos ODS e produção do relatório de RLV;

- Integração dos ODS na planificação e monitoria local
- Abordagem de género, inclusão social e o princípio de “Não Deixar Ninguém para Trás” (NDNT).

Estas capacitações envolveram técnicos de diferentes sectores e níveis institucionais, reforçando capacidades locais para a recolha, análise e uso de dados, bem como para a apropriação do processo da RLV enquanto instrumento de governação local.

A fase de diagnóstico e recolha de dados

Esta fase teve como principal objectivo construir um retrato fiável, partilhado e contextualizado do estado de implementação da Agenda 2030 no território, combinando a revisão documental, capacitação técnica, workshops multissetoriais, consultas temáticas, grupos focais e organização da base de dados dos ODS.

O diagnóstico assentou, em primeiro lugar, numa revisão sistemática de fontes secundárias oficiais, com destaque para dados estatísticos e administrativos, nomeadamente:

- Instituto Nacional de Estatística (INE):
    - Folheto Estatístico Distrital de Monapo (edições mais recentes);
    - Projecções demográficas e dados censitários;
    - Estatísticas sectoriais (educação, saúde, água e saneamento, agricultura);
- Fontes do Governo Local:
    - PESOD e POA e os respectivos balanços semestrais e anuais;
    - Relatórios dos Serviços Distritais (SDEJT, SDSMAS, SDAE, SDPI);
- Documentos programáticos e estratégicos:
    - Planos sectoriais distritais e municipais;
    - Relatórios de projectos e parceiros de desenvolvimento;
- Relatórios de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com actuação nos sectores sociais, ambientais e económicos;
- Fichas técnicas dos ODS e indicadores do Quadro Nacional de Indicadores (QNI).

Esta revisão permitiu identificar lacunas de informação, inconsistências entre fontes e áreas onde os dados administrativos existentes eram insuficientes ou desactualizados. Sempre que os dados secundários se revelaram incompletos, foram utilizados mecanismos de recolha primária e validação participativa, incluindo:

- 02 workshops multissectoriais presenciais, realizados entre 06 a 08 de Outubro de 2025, a nível local para consultas temáticas sectoriais (educação, saúde, agricultura, género, água e saneamento, urbanização), envolvendo cerca de 35 participantes, entre os quais, técnicos dos serviços distritais e municipais, sociedade civil, sector privado, líderes comunitários e religiosos.
- 04 grupos focais com grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, mulheres, jovens, pessoas com deficiência (PcDs) e idosos.

Estes encontros funcionaram simultaneamente como espaços de diálogo, aprendizagem e construção de consensos, reforçando o princípio de NDNT e fomentando uma visão territorial comum sobre a implementação dos ODS, através do cruzamento de dados estatísticos com evidências do terreno e percepções dos actores locais.

A metodologia interactiva combinou exposições plenárias, trabalhos de grupo e sessões de validação colectiva organizadas segundo os dois pilares estruturantes das RLV — Pessoas e Planeta.



Além disso, os workshops desempenharam um papel formativo, fortalecendo a capacidade técnica local para a monitoria, planificação e reporte dos ODS nos instrumentos (balanços do PESOD e POA) distritais e autárquicos.



O processo de diagnóstico permitiu identificar aprendizagens relevantes, destacando-se a importância da coordenação intersectorial na implementação dos ODS, a necessidade de melhorar a qualidade e a desagregação dos dados ao nível local, bem como o valor da participação comunitária na interpretação dos dados estatísticos. Evidenciou-se igualmente o papel da RLV como um instrumento estratégico de planificação, monitoria e prestação de contas, capaz de articular evidências técnicas com as realidades territoriais. Como resultado, os actores envolvidos assumiram compromissos claros, incluindo o interesse em institucionalizar a monitoria dos ODS ao nível distrital, a disponibilidade para reforçar a partilha de dados entre serviços e o reconhecimento da RLV como base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e resilientes.

A fase de apoio técnico e redacção do relatório de RLV

A fase de redação e apoio técnico integrou sessões locais de interpretação de dados, produção e revisão de drafts, pré-validação distrital e formulação de recomendações e planos de acção. A análise empírica baseou-se em três blocos principais de fontes de dados. O primeiro integrou informações administrativas produzidas pelos sectores distritais, incluindo planos, relatórios, balanços de actividades dos diferentes sectores alvos nos sete ODS seleccionados. O segundo bloco reuniu estatísticas oficiais, como o Folheto Estatístico Distrital do INE, projecções demográficas 2017–2050 e dados sectoriais complementares. O terceiro bloco agregou fontes externas, incluindo estratégias sectoriais, relatórios internacionais, estudos académicos e dados fornecidos pelas OSCs/OCBs e ONGs locais.

Por seu turno as notas dos encontros com os Grupos Focais de Discussão (GFD) envolvendo os diferentes grupos vulneráveis permitiram captar percepções qualitativas, experiências vividas e prioridades comunitárias, enriquecendo a análise estatística com evidências sociais e territoriais. Os contributos dos GFD foram integrados como dimensão qualitativa da RLV, reforçando a legitimidade social do diagnóstico

A garantia de qualidade foi assegurada pelo alinhamento rigoroso com a metodologia adoptada, uso sistemático de verificações cruzadas, participação activa dos sectores distritais, aplicação transversal da abordagem baseada em direitos humanos e adopção do princípio NDNT. A validação social, técnica e institucional fortaleceu a credibilidade da análise e garantiu que a RLV reflectisse as realidades e prioridades do território. Este processo seguiu igualmente o princípio “Um Território, Um Processo, Um Produto”, reafirmando o compromisso com uma implementação inclusiva, participativa e territorializada da Agenda 2030 em Moçambique.

Limitações observadas

As limitações metodológicas observadas ao longo do processo de elaboração da RLV estiveram associadas à inconsistência, heterogeneidade e cobertura diferenciada das fontes de informação disponíveis ao nível distrital e municipal. Em vários sectores, os registos administrativos apresentavam lacunas, discrepâncias ou variações inesperadas, agravadas pela ausência de desagregações por género, idade e localidade e por divergências metodológicas entre dados sectoriais e estatísticas oficiais do INE. Estas limitações reflectem igualmente constrangimentos infraestruturais persistentes, como a forte dependência de registos manuais e a inexistência de sistemas interoperáveis de informação.

Por um lado, os dados estatísticos produzidos pelo INE resultam maioritariamente de inquéritos por amostragem, com escopos temporais e amostrais específicos, desenhados para garantir representatividade estatística a níveis agregados (nacional, provincial e, em alguns casos, distrital). Embora

metodologicamente rigorosos, estes inquéritos apresentam limitações inerentes ao seu carácter amostral, à periodicidade de recolha e ao nível de desagregação disponível, o que condiciona a sua utilização para análises muito focadas ao nível local.

Por outro lado, os dados sectoriais de natureza administrativa são recolhidos de forma contínua pelos planificadores locais e pelos prestadores de serviços distritais e municipais, com base em protocolos, instrumentos e metodologias de monitoria e avaliação definidos pelos ministérios centrais. Estes dados reflectem a execução quotidiana das políticas públicas e dos serviços, mas enfrentam limitações significativas, nomeadamente variações na qualidade dos registos, forte dependência de sistemas manuais e ausência de interoperabilidade entre as diferentes bases de dados sectoriais. Adicionalmente, persistem lacunas relevantes na desagregação da informação por género, idade e localidade, o que compromete a análise aprofundada e a tomada de decisão baseada em evidências.

A estes desafios somou-se a complexidade inerente ao sistema dual de governação local, marcado pela coexistência e sobreposição territorial de Governos Distritais e Conselhos Municipais, bem como pela fragmentação institucional de competências, sobretudo na área da governação urbana. Esta configuração institucional dispersa dificultou a coordenação, atrasou o fluxo de informação e limitou a harmonização de dados entre as diferentes entidades, exigindo um esforço acrescido de articulação técnica e política para garantir a coerência do relatório.

Estas diferenças exigiram um tratamento analítico cauteloso, evitando comparações directas não ajustadas e privilegiando leituras complementares da realidade territorial. Assim, para mitigar estes constrangimentos, recorreu-se à triangulação sistemática de fontes, à análise comparativa entre diferentes bases de dados, à realização de consultas adicionais para clarificação de inconsistências e à inclusão de notas metodológicas descritivas nas fichas de cada indicador dos ODS, assegurando transparência e rigor interpretativo.

Por fim, importa salientar que, estas imitações não invalidam os resultados da RLV, mas sublinham a importância de investimentos estruturais em sistemas de informação integrados, harmonização metodológica e capacitação técnica local, como condições essenciais para o fortalecimento futuro da monitoria dos ODS ao nível territorial.



Neste capítulo é apresentado o diagnóstico de cada um dos sete ODS selecionados para a RLV.

ODS 1: Erradicar a Pobreza

O ODS 1, que estabelece como meta central a erradicação da pobreza em todas as suas dimensões, assume particular relevância no Distrito de Monapo, onde persistem níveis elevados de vulnerabilidade associados à dependência da agricultura de subsistência, à exposição recorrente a choques climáticos, à fragilidade dos meios de vida rurais e às limitações no acesso a serviços sociais básicos. A pobreza em Monapo manifesta-se de forma estrutural e territorialmente diferenciada, afectando sobretudo os agregados familiares rurais e sendo agravada por fenómenos recentes como eventos climáticos extremos, pressões sobre os sistemas produtivos locais e constrangimentos no acesso a infraestruturas económicas e sociais.

A concretização do ODS 1 no contexto distrital envolve a actuação articulada do Governo Distrital de Monapo, através do Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) e do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), com enfoque na protecção social básica, no apoio à produção agrícola familiar, na promoção de actividades geradoras de rendimento e no reforço da segurança alimentar. Estas intervenções enquadram-se nos instrumentos nacionais de política pública, nomeadamente o PQG, a ENDE 2025–2044 e a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica, coordenada pelo Instituto Nacional de Acção Social (INAS), sendo operacionalizadas localmente através do PESOD. Neste quadro, o ODS 1 constitui um eixo transversal para a redução das desigualdades socioeconómicas em Monapo e para o reforço da resiliência das comunidades face a choques económicos e climáticos.

A implementação do ODS 1 em Monapo está orientada para assegurar que as populações em situação de vulnerabilidade tenham acesso equitativo a recursos, serviços sociais e programas de protecção social, com destaque para o atendimento às famílias e menores, a expansão do acesso à educação pré-escolar, a operacionalização do Programa de Acção Social Produtiva (PASP) e do Programa de Subsídio Social Básico (PSSB). Contudo, apesar da existência destes programas, a sua cobertura permanece insuficiente face à dimensão das necessidades locais, o que cria constrangimentos significativos à redução estrutural da pobreza e evidencia a necessidade de maior mobilização de recursos e coordenação intersectorial.

A análise das metas e indicadores do ODS 1 no Distrito de Monapo evidencia progressos importantes na implementação de mecanismos de protecção social e no reforço da resiliência das populações vulneráveis, embora persistam limitações estruturais que condicionam o alcance de uma cobertura substantiva e universal. No âmbito da Meta 1.3, que visa assegurar sistemas adequados de protecção social para todos, os dados indicam que a assistência alimentar, através da cesta básica, cobre apenas cerca de 13% da população vulnerável identificada, revelando um nível de cobertura ainda reduzido face à dimensão da pobreza existente no distrito. Este dado confirma que, apesar da existência de intervenções de apoio social, uma parte significativa dos pobres e vulneráveis permanece fora da rede formal de protecção social.

Tabela 1: Quadro de indicadores do ODS 1

Objectivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 1.3 Implementar, ao nível nacional, medidas e sistemas de protecção social adequados, para todos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis			
1.3.1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas com a cesta básica	13%	RAMAS e SDSMAS (2025)	A assistência alimentar cobre cerca de 13% da população vulnerável identificada.
1.3.1_NM_3 Percentagem do orçamento destinado a proteção social	0%	N.A	O Distrito não dispõe de orçamento próprio alocado à protecção social. A gestão e financiamento deste sector são centralizados no INAS.
1.3.1_NM_4 Número de crianças em situacão de pobreza recebendo pelo menos 3 serviços básicos	394	RAMAS e SDSMAS (2025)	As crianças beneficiárias recebem serviços integrados de assistência social, saúde e educação, no quadro de intervenções coordenadas pela RAMAS.
1.3.1_NM_5 Número de crianças vivendo nos centros de acolhimento privados reunificadas nas famílias	5	RAMAS e SDSMAS (2025)	A reunificação familiar resulta de processos de protecção e reintegração social conduzidos pelos serviços distritais.
1.3.1_NM_6 Número de crianças assistidas pelos Comités Comunitários de Protecção a Criança (CCPC)	2115	RAMAS e SDSMAS (2025)	Os CCPC desempenham um papel central na identificação precoce de situações de vulnerabilidade, acompanhamento comunitário e encaminhamento.
1.3.1_NM_7 Número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas nos Centros Infantis privados e nas Escolinhas Comunitárias	5	RAMAS e SDSMAS (2025)	A cobertura permanece limitada, reflectindo constrangimentos de capacidade institucional e de infraestruturas especializadas nos centros infantis e escolinhas.
1.3.1_NM_8 Número de agregados familiares e indivíduos beneficiários dos Programas de Protecção Social Básica (PSSB, PASP, PASD, PAUS e PROSAS)	4189 do PSSB; 1898 do PASP e 0 do PASD	RAMAS e SDSMAS (2025)	A maior parte dos beneficiários enquadra-se no PSSB)e no PASP. Não se registaram beneficiários do PASD no período em análise, indicando cobertura parcial dos programas existentes.
1.3.1_NM_9 Número de centros de apoio ao idoso, infantários, centros de acolhimento à criança em situação difícil e centros de trânsito criados	1	SDSMAS (2025)	O Distrito dispõe de apenas um centro aberto de actividades ocupacionais, evidenciando uma oferta reduzida de serviços especializados de apoio a idosos e crianças em situação difícil.
Meta 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças			
1.4.MZ_1 Número de titulos de DUATs emitidos para singulares	11039	SDPI	A cobertura ainda não alcance todas as comunidades rurais do Distrito.
1.4.MZ_1_NM_1 Número de DUATs emitidos e homologados	11039	SDPI	A cobertura ainda não alcance todas as comunidades rurais do Distrito.
1.4.MZ_1_NM_2 Número de Planos de Estrutura Urbana elaborados	1	CMVM	A existência de apenas um Plano de Estrutura Urbana evidencia progressos iniciais no ordenamento territorial.
1.4.MZ_1_NM_3 Número de áreas comunitárias delimitadas e certificadas	0	SDPI	Não foram delimitadas áreas comunitárias no período em análise.
Meta 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais			
1.5.4 % de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030	100%	SDPI	O Distrito adopta e implementa estratégias locais de redução do risco de desastres, alinhadas com o Marco de Sendai, integrando acções de prevenção, preparação e resposta a eventos extremos.
1.5.4_ NM_1 Áreas em risco de desastres mapeados	7	SDPI	Namatatho, Canacue-Sede, Mucujua- Sede, Mepera, Tutua, Nacotho, Nachicuva
1.5.4_ NM_2 Número de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos construídas	0	SDPI (2025)	Não foram construídas infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos no período em análise.
1.5.4_ NM_3 Número de infraestruturas resilientes construídas (desagregação em casas, Escolas, Salas de aulas, Centros de saúde e outras)	30	SDPI (2025)	9 Salas de Aulas, 18 casas singulares, 1 Centro de Atendimento Integrado, 1 Servico de Atendimento de Adolescentes e Jovens e 1 Biblioteca.

O PSSB conta com cerca 4 189 beneficiários registados, o PASP com 1 898, com potencialidade para a garantia de protecção social e o reforço dos meios de subsistência, embora a sua escala ainda seja limitada

face à população economicamente vulnerável e os programas estejam actualmente descontinuados em termos de funcionamento e pagamento de subsídios aos beneficiários. A fragilidade estrutural do financiamento da protecção social em Monapo é particularmente evidente no indicador relativo à percentagem do orçamento destinado a este sector, que se situa em 0%, reflectindo a inexistência de um orçamento próprio alocado à protecção social. Esta realidade resulta da centralização da gestão e do financiamento dos programas sociais no INAS, limitando a autonomia do distrito para expandir, adaptar ou responder de forma mais célere às necessidades específicas das comunidades locais.

Ainda assim, registam-se avanços na abordagem integrada à pobreza infantil, com 394 crianças em situação de pobreza a beneficiarem de pelo menos três serviços básicos – assistência social, saúde e educação – no quadro de intervenções coordenadas pela Repartição de Apoio à Mulher e Ação Social (RAMAS), o que constitui uma boa prática de integração sectorial. Contudo, nas consultas comunitárias realizadas no âmbito da RLV foi amplamente referida a cobertura ainda insuficiente destes programas face ao número real de pessoas vulneráveis nas comunidades, bem como atrasos nos pagamentos e descontinuidade do PSSB e outros programas do INAS, fraca previsibilidade do apoio e limitações na articulação entre assistência social, geração de renda e inclusão produtiva.

No que respeita à protecção da infância, 977 crianças foram assistidas nas escolinhas e centros infantis, um valor próximo da meta definida, mas que evidencia a necessidade de expansão do acesso à educação pré-escolar como instrumento estruturante de combate à pobreza intergeracional. No domínio da protecção da criança, os dados indicam igualmente resultados positivos, ainda que modestos em termos absolutos. A reunificação familiar de cinco crianças provenientes de centros de acolhimento privados demonstra a operacionalização de mecanismos de protecção e reintegração social, enquanto a assistência a 2.115 crianças pelos Comités Comunitários de Protecção da Criança (CCPC) confirma o papel central destas estruturas comunitárias na identificação precoce de situações de vulnerabilidade, acompanhamento e encaminhamento aos serviços competentes.

Contudo, a cobertura de crianças com necessidades educativas especiais permanece extremamente limitada, com apenas cinco crianças atendidas nos centros infantis privados e escolinhas comunitárias, evidenciando constrangimentos significativos de capacidade institucional, recursos humanos especializados e infraestruturas adequadas. Paralelamente, a existência de apenas um centro de apoio aberto de actividades ocupacionais no distrito evidencia a reduzida oferta de serviços especializados de apoio a idosos e crianças em situação difícil, limitando a resposta institucional às múltiplas dimensões da pobreza e da exclusão social.

No que respeita à Meta 1.4, centrada no acesso equitativo a recursos económicos e serviços básicos, os dados relativos à terra indicam a emissão e homologação de 11 039 títulos de DUAT para singulares, representando um avanço relevante no reconhecimento formal dos direitos de uso e aproveitamento da terra. Todavia, a cobertura ainda não abrange todas as comunidades rurais do distrito, mantendo-se situações de insegurança de posse da terra que afectam sobretudo os agregados familiares mais pobres. A existência de um Plano de Estrutura Urbana elaborado reflecte progressos iniciais no ordenamento territorial, mas a inexistência de áreas comunitárias delimitadas e certificadas aponta para uma lacuna importante na protecção colectiva dos recursos naturais e dos meios de subsistência das comunidades.

No âmbito da Meta 1.5, orientada para o reforço da resiliência dos pobres e vulneráveis face a choques e desastres, o distrito apresenta um desempenho positivo ao adoptar e implementar estratégias locais de

redução do risco de desastres alinhadas com o Marco de Sendai 2015–2030. O mapeamento de sete áreas de risco demonstra capacidade técnica na identificação de zonas vulneráveis e constitui uma base importante para a planificação preventiva. Contudo, a inexistência de infraestruturas de gestão de resíduos sólidos no período em análise representa um factor de risco ambiental e sanitário, com impactos potenciais sobre a saúde pública e a vulnerabilidade das comunidades. Em contraste, a construção de 30 infraestruturas resilientes – incluindo salas de aula, habitações, serviços de atendimento integrado, serviços para adolescentes e jovens e uma biblioteca – evidencia esforços concretos na promoção da resiliência, contribuindo para a redução da exposição das populações mais pobres a eventos extremos.

Portanto, a análise do ODS 1 no Distrito de Monapo evidencia avanços relevantes na adopção de instrumentos de política pública, na implementação de mecanismos de protecção social, na protecção da infância, no reconhecimento dos direitos de uso da terra e no reforço da resiliência face a choques e desastres, demonstrando um compromisso institucional com a redução da pobreza e da vulnerabilidade. Contudo, estes progressos são limitados por fragilidades estruturais persistentes, nomeadamente a cobertura insuficiente e a descontinuidade dos programas de protecção social, a ausência de financiamento distrital próprio, a fraca integração entre assistência social e inclusão produtiva, as lacunas na atenção a grupos com necessidades especiais e a persistência de insegurança de posse da terra em comunidades rurais. Neste contexto, torna-se necessário de reforçar a coordenação intersectorial, garantir financiamento previsível e sustentável da protecção social e articular de forma mais efectiva a assistência social com o desenvolvimento económico local e a resiliência comunitária, como condição para uma redução estrutural e duradoura da pobreza em Monapo.

ODS 2: Erradicar a Fome

O ODS 2, orientado para a erradicação da fome, o reforço da segurança alimentar e nutricional e a promoção de sistemas agrícolas sustentáveis, assume um papel estratégico no Distrito de Monapo, onde a agricultura familiar constitui a principal base de subsistência e de geração de rendimento da maioria da população. A elevada dependência da produção agrícola de sequeiro, associada à variabilidade climática, à ocorrência de eventos extremos e a limitações no acesso a insumos, mercados e serviços de extensão, influencia de forma directa os níveis de disponibilidade alimentar e a qualidade da nutrição, sobretudo entre crianças e mulheres em idade reprodutiva.

A implementação do ODS 2 em Monapo assenta na intervenção do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), em coordenação com o SDSMAS, as autoridades locais e os produtores familiares organizados, com enfoque no aumento da produtividade agrícola, na diversificação das culturas alimentares, na promoção de práticas agrícolas mais resilientes e na melhoria do acesso a alimentos nutritivos. Estas acções enquadram-se nos principais instrumentos nacionais de política pública, incluindo o PQG, a ENDE 2025–2044 e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), sendo operacionalizadas localmente através do PESOD e POA.

A análise do desempenho do deste ODS no território local de Monapo, à luz das metas e indicadores disponíveis, evidencia progressos relevantes no apoio à produção agrícola e na assistência técnica aos pequenos produtores, mas revela também desafios estruturais persistentes que condicionam o alcance pleno da segurança alimentar, da melhoria da nutrição e da sustentabilidade dos sistemas produtivos.

Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 2

Objectivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.			
2.1.MZ_1 Prevalência de desnutrição crónica	46,7%	IOF 2019/2020	O valor apresentado corresponde aos dados provinciais do IOF 2019/2020, uma vez que o inquérito não disponibiliza resultados desagregados ao nível distrital.
2.1.MZ_1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas pelas palestras sobre educação nutricional usando produtos locais	86835	SDSMAS (2025)	As acções de educação nutricional são conduzidas pelo SDSMAS, com enfoque no uso de produtos locais e práticas alimentares adequadas.
Meta 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de geração de renda e de emprego não agrícola.			
2.3.MZ_2 Renda média de produtores de alimentos do sector familiar, por sexo.	2347	SDAE (2025)	A renda média reflecte os rendimentos estimados dos agregados familiares agrícolas, considerando a produção comercializada no período em análise, estando sujeita a variações sazonais e climáticas.
2.3.MZ_2_NM_1 Número de DUATs para fins de actividade agrícola entregues a camponeses ou cooperativas	0	SDPI (2024)	Não foram emitidos DUATs para fins agrícolas no período de referência.
2.3.MZ_2_NM_2 Número de produtores beneficiados de sementes melhoradas	12 783	SDAE (2025)	A distribuição de sementes melhoradas visa aumentar a produtividade agrícola, sendo realizada através do SDAE, em articulação com parceiros.
2.3.MZ_2_NM_3 Número de produtores assistidos em actividades de produção pecuária	22 100	SDAE (2025)	A assistência técnica abrange extensão rural, acompanhamento produtivo e aconselhamento técnico.
2.3.MZ_2_NM_4 Número de produtores assistidos em actividades de produção agrícola	22 100	SDAE (2025)	A assistência técnica abrange extensão rural, acompanhamento produtivo e aconselhamento técnico.
2.3.MZ_2_NM_5 Kilogramas de sementes melhoradas disponibilizadas aos produtores	45 842	SDAE (2025)	As sementes foram disponibilizadas no âmbito de campanhas agrícolas, contribuindo para a diversificação de culturas e resiliência produtiva.
2.3.MZ_2_NM_6 Percentagem de Agricultores que praticam técnicas de Agricultura de Conservação	7	SDAE (2025)	A adopção de técnicas de Agricultura de Conservação permanece reduzida, indicando a necessidade de reforço das acções de capacitação.
2.3.MZ_2_NM_7 Número de Agricultores com acesso aos equipamentos agrícolas e suplementos	1 310	SDAE (2025)	O acesso a equipamentos e suplementos agrícolas continua limitado, beneficiando apenas uma parcela dos produtores.
2.3.MZ_2_NM_8 Taxa de cobertura dos serviços de veterinária	23	SDAE (2025)	A cobertura dos serviços veterinários é insuficiente face à dimensão do efectivo pecuário e à dispersão geográfica das comunidades.
2.3.MZ_2_NM_9 Número de auto-empregos criados em actividades de produção agrária e pecuária	173	SDAE (2025)	A criação de auto-empregos resulta de intervenções de parceiros como a Visão Mundial e a MUVA, com foco em jovens, incluindo formação em poupança, crédito rotativo, literacia financeira e mentorias de negócios agrícolas.
2.3.MZ_2_NM_11 Número de infra-estruturas de comercialização agrícola construidas e reabilitadas	0	SDAE (2025)	Não foram construídas ou reabilitadas infra-estruturas de comercialização agrícola no período em análise.
2.3.MZ_2_NM_12 Número de produtores agricolas e pecuarios com acesso aos servicos financeiros	700	SDAE (2025)	O acesso a serviços financeiros ainda é restrito, abrangendo um número reduzido de produtores agrícolas e pecuários.
Meta 2.a Aumentar o investimento, inclusive por via do reforço da cooperação internacional, em infraestruturas rurais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos			
2.a.MZ_1 Percentagem do orçamento da agricultura no orçamento global do estado	-	-	O Distrito não dispõe de um orçamento específico para a agricultura. Os recursos financeiros são alocados de forma global ao SDAE, não permitindo a desagregação exacta do investimento agrícola.
2.a.MZ_1_NP_1 Número de Extensionistas Agrícolas admitidos	63	SDAE	Temos um número cumualtivo de de 23 do sector público e 40 privados
2.a.MZ_1_NP_2 Número de Extensionistas Pecuários admitidos	63	SDAE	Temos um número cumualtivo de de 23 do sector público e 40 privados
2.a.MZ_1_NP_3 Área irrigada infra-estruturada (ha)	250	SDAE (2025)	A área irrigada existente pertence maioritariamente à ONG Jacaranda, não abrangendo os pequenos produtores do sector familiar.
2.a.MZ_1_NP_4 Número de produtores assistidos em produção pecuária	22 100	SDAE (2025)	A assistência técnica em produção agrícola e pecuária é prestada de forma integrada, embora com limitações de cobertura e recursos humanos.
2.a.MZ_1_NP_5 Número de produtores assistidos em produção agrícola	22 100	SDAE (2025)	A assistência técnica em produção agrícola e pecuária é prestada de forma integrada, embora com limitações de cobertura e recursos humanos.
2.a.MZ_1_NP_6 Hectares de regadios construídos	0	SDAE (2025)	Não foram construídos novos regadios no período em análise.
2.a.MZ_1_NP_7 Hectares de regadios reabilitados	250	SDAE (2025)	A reabilitação de regadios concentrou-se em infra-estruturas existentes.

No âmbito da Meta 2.1, os dados provinciais do IOF 2019/2020 indicam uma prevalência de desnutrição crónica de 46,7% em toda província de Nampula, valor elevado que, embora não desagregado ao nível distrital/municipal, reflecte um contexto de vulnerabilidade nutricional significativa que afecta particularmente crianças e agregados familiares pobres. Em resposta, o distrito intensificou acções de

educação nutricional, tendo 86 835 pessoas participado em palestras sobre práticas alimentares adequadas com uso de produtos locais, o que constitui um esforço relevante de prevenção e sensibilização, ainda que insuficiente para inverter estruturalmente os elevados níveis de desnutrição.

Relativamente à Meta 2.3, orientada para o aumento da produtividade agrícola e da renda dos pequenos produtores, os indicadores demonstram uma ampla cobertura da assistência técnica, com 22 100 produtores apoiados tanto em actividades agrícolas como pecuárias, reflectindo uma forte aposta na extensão rural como principal instrumento de intervenção. A renda média estimada dos produtores do sector familiar, fixada em 2 347, indica ganhos económicos moderados, mas sujeitos a forte variabilidade sazonal e climática, o que limita a previsibilidade dos rendimentos e a capacidade de investimento das famílias rurais. A disponibilização de 45 842 kg de sementes melhoradas, beneficiando 12 783 produtores, contribui para a diversificação produtiva e para o aumento do potencial de produtividade, embora a cobertura permaneça parcial face ao universo total de produtores do distrito.

Persistem, contudo, constrangimentos significativos no acesso a factores estruturantes da produção. A ausência de emissão de DUATs para fins agrícolas no período em análise limita a segurança de posse da terra e desincentiva investimentos de médio e longo prazo. A adopção de práticas sustentáveis permanece reduzida, com apenas 7% dos agricultores a praticarem agricultura de conservação, evidenciando lacunas na capacitação técnica e na disseminação de tecnologias adaptadas às alterações climáticas.

Estes elementos são confirmados pelos camponeses participantes dos GFDs que evidenciam uma realidade marcada por insegurança alimentar persistente, fortemente associada à dependência da agricultura de subsistência e à elevada exposição a choques climáticos. Os participantes relataram que a produção agrícola das famílias é, na maioria dos casos, insuficiente para garantir alimentação adequada ao longo de todo o ano, com períodos críticos de escassez alimentar entre campanhas agrícolas, sobretudo antes da colheita. Os grupos destacaram ainda que a agricultura continua excessivamente dependente das chuvas, o que, em anos de precipitação irregular ou cheias, resulta em perdas significativas das machambas e agravamento da insegurança alimentar.

O acesso a equipamentos agrícolas continua restrito, abrangendo apenas 1 310 agricultores, enquanto a cobertura dos serviços veterinários, de 23%, revela-se insuficiente face à dimensão do efectivo pecuário e à dispersão territorial das comunidades rurais. Apesar da criação de 173 auto-empregos nas cadeias agrárias e pecuárias, impulsionados por parceiros de cooperação com enfoque em jovens e mulheres, o número de produtores com acesso a serviços financeiros permanece limitado a 700, restringindo a expansão do agronegócio familiar e do agroprocessamento.

No domínio do investimento agrícola, associado à Meta 2.a, verifica-se uma fragilidade estrutural na capacidade de financiamento do sector, uma vez que o distrito não dispõe de um orçamento específico para a agricultura, impossibilitando a monitoria precisa do esforço financeiro dedicado ao sector. A disponibilidade de 63 extensionistas agrícolas e pecuários (23 públicos e 40 privados) constitui um activo importante para a prestação de serviços de assistência técnica, embora insuficiente para assegurar uma cobertura regular e de qualidade em todo o território. A área irrigada infraestruturada, estimada em 250 hectares, encontra-se maioritariamente sob gestão de um operador privado, não beneficiando de forma directa os pequenos produtores do sector familiar, e não foram construídos novos regadios no período em

análise, limitando a expansão da produção na segunda época agrícola. A reabilitação de 250 hectares de regadio representa um esforço positivo, mas ainda aquém das necessidades impostas pela variabilidade climática e pela dependência da agricultura de sequeiro.

Em síntese, a análise do ODS 2 em Monapo evidencia progressos relevantes no apoio à produção agrícola familiar, na expansão da assistência técnica, na disponibilização de sementes melhoradas e nas acções de educação nutricional, demonstrando um compromisso institucional com a segurança alimentar e o aumento da produtividade. Todavia, estes avanços são condicionados por desafios estruturais persistentes, nomeadamente os elevados níveis de desnutrição, a forte dependência da agricultura de sequeiro, a fraca adopção de práticas agrícolas sustentáveis, as limitações no acesso à terra, financiamento, equipamentos, serviços veterinários e irrigação. Neste contexto, torna-se estratégica a necessidade de reforçar o investimento público e privado na agricultura familiar resiliente, expandir a irrigação e as práticas de conservação, assegurar a segurança de posse da terra e integrar de forma mais efectiva a produção agrícola com a nutrição e o acesso a mercados, como via central para a erradicação da fome e o desenvolvimento sustentável em Monapo.

ODS 3: Saúde de Qualidade

O ODS 3, orientado para a garantia de uma vida saudável e para a promoção do bem-estar ao longo do ciclo de vida, constitui um eixo fundamental do desenvolvimento humano no Distrito de Monapo, num contexto marcado por desafios persistentes no acesso a serviços de saúde, pela elevada prevalência de doenças transmissíveis e por vulnerabilidades associadas à saúde materno-infantil e à nutrição

A implementação do ODS 3 em Monapo é assegurada pelo SDSMAS, em articulação com as unidades sanitárias, os Agentes Polivalentes Elementares (APEs), as lideranças comunitárias e os parceiros de cooperação, com enfoque no fortalecimento dos cuidados de saúde primários, na prevenção de doenças, na saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil e no alargamento das acções de promoção da saúde ao nível comunitário. Estas intervenções alinham-se com os Planos Estratégicos do Sector da Saúde e com as orientações do Serviço Nacional de Saúde, sendo territorializadas através do PESOD, que prioriza a melhoria das infraestruturas, o reforço dos recursos humanos e a expansão dos serviços de saúde.

Em Monapo os serviços de saúde são actualmente prestados através de 18 Unidades Sanitárias distribuídas pelos Postos Administrativos, incluindo 1 Hospital Distrital, 4 Centros de Saúde Tipo I e 13 Centros de Saúde Tipo II, o que demonstra um esforço institucional consistente para assegurar a cobertura territorial mínima dos serviços básicos de saúde. Contudo, a existência de apenas 8 localidades com unidades sanitárias, num total de 9 localidades, evidencia desigualdades no acesso, destacando-se a Localidade de Canacué, cuja população percorre cerca de 15 km para aceder aos serviços de saúde, situação parcialmente mitigada pela actuação dos APE, mas que continua a representar uma barreira significativa para o acesso atempado e contínuo aos cuidados de saúde.

No que concerne as metas e indicadores do ODS 3, o território local de Monapo evidencia progressos importantes na ampliação do acesso aos serviços de saúde e no tratamento das principais doenças, embora persista uma elevada carga epidemiológica e constrangimentos estruturais que condicionam o alcance pleno das metas até 2030.

Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 3

Objectivo 3. Assegurar umxaa vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis			
3.3.1 Número de novas infecções de HIV por 1000 habitantes não-infectados, por sexo, idade e população-chave	1268	SDSMAS (2025)	O número reportado corresponde aos novos casos notificados no período em análise, resultantes das actividades de testagem e vigilância epidemiológica conduzidas pelo SDSMAS
3.3.1_NM_2 Número de Crianças em tratamento antiretroviral (TARV)	639	SDSMAS (2025)	Inclui todas as crianças HIV positivas acompanhadas regularmente nas Unidades Sanitárias do Distrito.
3.3.1_NM_3 Número de Adultos em tratamento antiretroviral (TARV)	10 220	SDSMAS (2025)	O dado reflecte o esforço de expansão do acesso ao TARV, incluindo casos novos e antigos em seguimento clínico.
3.3.1_NM_4 Número de Profissionais de Saúde (PS) capacitados e formados em matérias de prevenção do HIV	25	SDSMAS (2025)	As capacitações visam reforçar as competências dos profissionais de saúde em matérias de prevenção, aconselhamento, testagem e seguimento de pacientes.
3.3.1_NM_5 Número de pacientes diagnosticados com Tuberculose	285	SDSMAS (2025)	Os casos notificados resultam das actividades de rastreio, diagnóstico e vigilância activa da TB realizadas nas unidades sanitárias.
3.3.1_NM_6 Número de Pacientes coinfectados com TB/HIV em TARV	44	SDSMAS (2025)	Inclui pacientes com coinfecção TB/HIV integrados simultaneamente nos programas de tratamento antituberculoso e antiretroviral.
3.3.3 Incidência de malária por 1.000 habitantes	304,7	SDSMAS (2025)	A elevada incidência de malária está associada a factores climáticos, ambientais e à elevada exposição da população.
3.3.3_NM_1 Número de famílias beneficiadas com redes mosqueteiras	0	SDSMAS (2025)	Não houve distribuição comunitária de redes mosquiteiras no período em análise, limitando a distribuição as mulheres grávidas.
3.3.3_NM_2 Número de mulheres gravidas que recebem pelo menos uma rede mosquiteira nas consultas pre-natais	4 776	SDSMAS (2025)	A distribuição de redes mosquiteiras ocorre no âmbito das consultas pré-natais, priorizando mulheres grávidas como grupo de maior risco.
3.3.3_NM_3 Número de pacientes diagnosticados com malária	151 428	SDSMAS (2025)	O elevado número de casos reflecte tanto a alta endemicidade da malária no Distrito como o reforço da capacidade diagnóstica.
3.3.3_NM_4 Número de óbitos por malária	1	SDSMAS (2025)	O número reduzido de óbitos indica melhorias na detecção precoce e tratamento oportuno dos casos graves de malária.
Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a protecção do risco financeiro, o accesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e o accesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			
3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média de serviços essenciais baseados em intervenções de rastreamento que incluem saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e capacidade de e acesso a serviços, entre a população geral e mais desfavorecida)	681 336	SDSMAS (2024)	O valor apresentado resulta do somatório de todas as intervenções registadas nas Unidades de Atendimento.
3.8.1_NP_1 Número de crianças menores de 5 anos completamente vacinadas	9 416	SDSMAS (2025)	Inclui crianças menores de cinco anos que completaram o esquema vacinal de acordo com o Programa Alargado de Vacinação.
3.8.1_NP_2 Número de mulheres de 25 a 54 anos rastreadas em cancro do colo uterino	4 571	SDSMAS (2025)	O rastreio é realizado nas unidades sanitárias com serviços de saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para o diagnóstico precoce.
3.8.1_NP_3 Número de partos institucionais assistidos	11 605	SDSMAS (2025)	Reflecte o acesso das mulheres aos serviços de saúde materna, reduzindo riscos de mortalidade materna e neonatal.
3.8.1_NP_4 Número de crianças HIV+ que recebem TARV	639	SDSMAS (2025)	Os dados confirmam a integração dos pacientes HIV positivos nos serviços de tratamento contínuo, reforçando a resposta ao HIV/SIDA.
3.8.1_NP_5 Número de adultos HIV+ que recebem TARV	10 220	SDSMAS (2025)	
Meta 3.c Aumentar substancialmente o financiamento em saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos			
3.c.1 Densidade e distribuição dos profissionais da saúde: a) Médicos; b) Enfermeira de SMI; c) Enfermeiros; d) Dentistas e; e) Técnicos Farmacéuticos	182	SDSMAS (2025)	Médicos de Clínica Geral 9; Médico Dentista 2; Enfermagem SMI 69; Enfermagem geral 59 ; Tec. Farmácia 43.
3.c.1_NP_1 Rácio Profissionais de Saúde/habitante	2731	SDSMAS (2025)	O rácio evidencia desafios na cobertura adequada de pessoal de saúde face ao crescimento populacional e à dispersão geográfica das comunidades.

No âmbito da Meta 3.3, orientada para o combate às epidemias de HIV/SIDA, tuberculose, malária e outras doenças transmissíveis, os dados revelam uma situação de elevada pressão sobre o sistema de saúde, em particular no que respeita ao HIV e à malária. O registo de 1 268 novas infecções por HIV no período em análise indica que, apesar da expansão dos serviços de testagem e vigilância epidemiológica, a transmissão da doença permanece activa, exigindo o reforço das estratégias de prevenção, especialmente entre populações-chave e grupos etários mais vulneráveis.

Paralelamente, observa-se um esforço consistente na resposta terapêutica ao HIV, com 639 crianças e 10 220 adultos em tratamento antirretroviral (TARV), o que demonstra uma capacidade institucional relevante para assegurar o seguimento clínico e a continuidade do tratamento. Este desempenho é

sustentado pela capacitação de 25 profissionais de saúde em matérias de prevenção do HIV, aconselhamento e seguimento de pacientes, embora este número permaneça limitado face à magnitude do problema e à necessidade de cobertura territorial mais ampla. No que se refere à tuberculose, foram diagnosticados 285 casos, dos quais 44 correspondem a coinfecção TB/HIV, evidenciando a complexidade do perfil epidemiológico e a necessidade de uma abordagem integrada entre os programas de TB e HIV para reduzir a mortalidade e a transmissão comunitária.

A malária continua a assumir-se como um dos principais desafios de saúde pública no Distrito, com uma incidência de 304,7 casos por 1 000 habitantes e 151 428 casos diagnosticados, reflectindo a elevada endemicidade da doença associada a factores climáticos, ambientais e socioeconómicos. Apesar do elevado número de casos, o registo de apenas 1 óbito por malária sugere melhorias na detecção precoce e no tratamento oportuno dos casos graves. No entanto, a inexistência de distribuição comunitária de redes mosquiteiras no período em análise, limitando-se a sua disponibilização às 4 776 mulheres grávidas nas consultas pré-natais, constitui uma lacuna importante nas estratégias de prevenção, particularmente para outros grupos vulneráveis, como crianças e idosos.

Relativamente à Meta 3.8, que visa atingir a cobertura universal de saúde, os dados indicam uma elevada utilização dos serviços, com 681 336 intervenções registadas nas Unidades de Atendimento, abrangendo áreas como saúde materna, infantil, doenças infecciosas e não transmissíveis. O número de 9 416 crianças menores de cinco anos completamente vacinadas reflecte progressos relevantes no Programa Alargado de Vacinação, embora ainda aquém da totalidade da população-alvo. No domínio da saúde sexual e reprodutiva, foram realizados 11 605 partos institucionais assistidos, contribuindo para a redução dos riscos de mortalidade materna e neonatal, e 4 571 mulheres entre 25 e 54 anos foram rastreadas para o cancro do colo do útero, reforçando as acções de diagnóstico precoce, ainda que com margem significativa para expansão da cobertura.

No que respeita à Meta 3.c, orientada para o reforço do financiamento e dos recursos humanos em saúde, o Distrito dispõe de um total de 182 profissionais de saúde, incluindo médicos de clínica geral, enfermeiros de saúde materno-infantil, enfermeiros gerais, técnicos farmacêuticos e médicos dentistas. Apesar deste contingente, o rácio de 1 profissional de saúde para 2 731 habitantes evidencia um défice significativo de recursos humanos face ao crescimento populacional e à dispersão geográfica das comunidades, limitando a capacidade de resposta do sistema e afectando a qualidade e a continuidade dos cuidados prestados.

Os esforços actuais do Governo Distrital, centrados na mobilização de recursos financeiros para a construção e requalificação de infraestruturas de saúde, na realização de campanhas de vacinação e outras acções preventivas, bem como no reforço da supervisão e apoio técnico, constituem passos importantes para melhorar o desempenho do sector. No entanto, a persistência de lacunas ao nível das infraestruturas, do abastecimento de água nas unidades sanitárias e da disponibilidade de recursos humanos especializados evidencia que o alcance pleno das metas do ODS 3 requer investimentos adicionais, maior articulação intersectorial e uma abordagem sustentada de fortalecimento do sistema de saúde.

Portanto, a análise do ODS 3 em Monapo evidencia progressos relevantes na expansão da rede de unidades sanitárias, no aumento do acesso aos cuidados de saúde primários, no tratamento do HIV, na redução da mortalidade por malária e no reforço da saúde materno-infantil, reflectindo um esforço

institucional consistente para promover o bem-estar da população. Contudo, persistem desafios estruturais significativos, nomeadamente a elevada carga de doenças transmissíveis, as desigualdades territoriais no acesso aos serviços, a insuficiência de recursos humanos, as limitações nas estratégias preventivas comunitárias e fragilidades nas infraestruturas e no abastecimento básico às unidades de saúde. Neste contexto, torna-se necessário reforçar o investimento no fortalecimento do sistema de saúde, com prioridade para a prevenção comunitária, a expansão equitativa da cobertura, o aumento e qualificação dos recursos humanos e a articulação intersectorial, como condição para alcançar de forma sustentável as metas do ODS 3 até 2030.

ODS 4: Educação de Qualidade

O ODS 4, que promove uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, constitui um pilar estratégico para o desenvolvimento humano e social do Distrito de Monapo, num contexto caracterizado por uma população maioritariamente jovem e por desafios persistentes no acesso, permanência e sucesso escolar, sobretudo nas zonas rurais. A educação assume um papel central na quebra dos ciclos intergeracionais de pobreza, na capacitação das comunidades locais e na promoção da igualdade de oportunidades, sendo particularmente relevante para crianças, adolescentes e jovens em idade escolar.

A implementação deste objectivo em Monapo é assegurada pelo Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), em coordenação com as autoridades locais, as direcções das escolas, os Conselhos de Escola – que integram pais e encarregados de educação – e os parceiros de cooperação. No plano nacional, as intervenções alinham-se com o Plano Estratégico da Educação 2020–2029, que estabelece como prioridades o alargamento do acesso ao ensino primário, a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e a expansão gradual do ensino secundário. Estas orientações são operacionalizadas ao nível distrital através do PESOD, com enfoque na construção e reabilitação de infraestruturas escolares, na provisão de equipamentos e no reforço dos programas de alfabetização, em particular nas comunidades rurais e periurbanas de Monapo.

A análise deste ODS, à luz das metas e indicadores apresentados, evidencia que o principal desafio do território local de Monapo reside menos no enquadramento normativo e mais nas condições materiais, nos resultados de aprendizagem e na progressão escolar, que continuam a limitar a concretização de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade ao longo da vida.

No domínio da Meta 4.a, os dados revelam fragilidades significativas nas infraestruturas escolares e no ambiente de aprendizagem, com apenas 14 % das escolas com acesso à electricidade, 2 % com internet para fins pedagógicos e 6 % equipadas com computadores, o que compromete seriamente a integração das tecnologias no processo educativo e aprofunda desigualdades entre escolas. Embora 54 % das escolas disponham de acesso a água potável e cerca de 71 % possuam instalações sanitárias separadas por sexo, persistem lacunas relevantes nas condições de higiene e saneamento, sobretudo se considerado que apenas 68 % contam com pontos básicos de lavagem das mãos, aspecto crítico para a saúde e permanência dos alunos no contexto escolar.

Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 4

Objectivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao género, e que propiciem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos			
4.a.1 Percentagem de escolas com acesso a: (a) eletricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias para cada sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador (WASH).	(14%) eletricidade; (2%) internet para fins pedagógicos; (6%) computadores para fins pedagógicos; (15 escolas, correspondentes a 10%) infraestrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiências; (54%) água potável; 70.9% instalações sanitárias para cada sexo; 68,0% instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador (WASH).	SDEJT (2025)	Da percentagem apresentada, 21 Escolas tem acesso a electricidade, 84 água (fontenária, canalizada dentro e fora da escola) 3 com internet para fins pedagógicos, 24 infraestruturas adaptadas a alunos com NEE, 110 sanitários. 66 Escolas, sendo Primárias, Básicas, Secundárias e Institutos, possuem pontos de lavagem de mãos de acordo com as fichas da 1ª Visita de Supervisão Focalizada, que abrangiu 97 Escolas.
4.a.1_NM_2 Percentagem de escolas equipadas com computadores e acesso a internet	6%	SDEJT (2025)	Das 155 Escolas, apenas 9 estão equipadas com computadores, sendo que 3 são do Ensino Secundário, 2 Básicas, 1 Escola Secundária, 2 Institutos Técnicos e 1 de Formação.
4.a.1_NM_3 Percentagem de escolas com acesso a electricidade	14%	SDEJT (2025)	Um total de 21 Escolas Possuem Corrente Eléctrica, das 155 Existentes no Distrito, das quais 14 Escolas do Ensino Primário (8 do Posto Administrativo de Monapo Sede, 2 Netia e 4 Itoculo); Como também, as 4 Escolas Secundárias e 3 Institutos
4.a.1_NM_4 Percentagem de escolas com acesso a fonte de água potável	54%	SDEJT (2025)	83 Escolas das 155 existentes no Distrito, possuem fontes de água, sendo (76 do EP; 4 Escolas Secundarias e 2 Institutos Técnicos e 1 de Formação).
4.a.1_NM_5 Percentagem de alunos beneficiados com material escolar em programas de ensino aprendisagem	17%	SDEJT (2025)	Até o primeiro semestre, 17.602 alunos beneficiaram-se de material escolar, sendo 1.6602 em uniforme, 838 receberam material escolar através do programa Mentoria Escolar, (138 pastas de costas, caderno e canetas); 180 alunos por meio da Fundação Terre dos Hommes receberam materiais escolares e 6 Bolas de futebol alocadas a três Escolas Básicas (Malema-2, Monapo Sede e Rio);
4.a.1_NM_6 Número de escolas adptadas a crianças com necessidade educativa especiais (NEE).	24%	SDEJT (2025)	24 Das 155 Escolas existentes no Distrito, sendo que 18 Escolas Primárias possuem rampas, 3 Escolas Secundárias e 3 Institutos.
4.a.1_NP_1 Número total de alunos inscritos no EP, incluindo crianças com NEE	74890	SDEJT (2025)	Inscritos 74.890 alunos da 2ª a 6ª Classe, sendo no EP 1.121 tem NEE
4.a.1_NP_2 Número total de alunos inscritos no ES1, incluindo alunos com NEE	10477	SDEJT (2025)	Inscritos 10.477 alunos da 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Classe, sendo no 131 com NEE
4.a.MZ_1 Rácio alunos por sala de aula no Ensino Primário	79,20816968	SDEJT (2025)	Da ferramenta PES-2025, o distrito tem um total de 100.832 alunos, subdivididos em 1.273 turmas
4.a.MZ_1_NP_1 Rácio alunos professor no Ensino Primário	107	SDEJT (2025)	Da ferramenta PES-2025, o distrito tem um total de 940 professores, contra 100.832 alunos, perfazendo 107 de rácio aluno/professor.
Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
4.1.MZ_1 Percentagem de alunos que desenvolvem as competencias requeridas para o 1o Ciclo do Ensino Primário (incluindo leitura, escrita e cálculo)	33%	SDEJT (2025)	A percentagem resulta da 1ª visita da supervisão focalizada, realizada em 97 Escolas Primáias e Básicas.
4.1.MZ_1_NP_1 Percentagem de alunos da 3ª Classe e do 1º Ciclo do Ensino Primário, que atingem as competências básicas de a) leitura e b) cálculo	33%	SDEJT (2025)	A percentagem resulta da 1ª visita da supervisão focalizada, realizada em 97 Escolas Primáias e Básicas.
4.1.MZ_4 Taxa bruta de conclusão no a) Ensino primário, b) Primeiro ciclo do ensino secundário; e c) Segundo ciclo do ensino secundario	50%	SDEJT (2025)	A taxa bruta de conclusão para o ensino primário, poderá ser de 50%, decorrente da previsão de graduados no PES 2025 (com 8.655 alunos), contra 17.212 elementos da população com idade oficial para concluir o EP segundo as INE. Os dados demostram que maior parte da população do Distrito, não conclui o EP com a idade oficial.
4.1.MZ_4_NP_1 Taxa bruta de conclusão do Ensino Secundário do 1º Ciclo e 2º Ciclo	19%	SDEJT (2025)	Para o ES1, prevê-se a taxa bruta de conclusão de 19%, sendo que estão previstos a graduar 5.392 alunos, contra 29.059 elementos da população do Distrito com idade oficial para concluir o nível. Contudo, poderão graduar no 1° Ciclo do ESG alunos da 9ª e 10ª Classe.
4.1.MZ_4_NP_2 Taxa de conclusão no Ensino Primário	19% para o Ensino Secundário do 1º Ciclo e 9% para o 2º Ciclo	SDEJT (2025)	Para o ES2, prevê-se a taxa bruta de conclusão de 9%, sendo 1.110 graduados, contra 12.169 elementos da população do Distrito com idade oficial para concluir o nível. POR ACTULIZAR
4.1.MZ_4_NP_3 Número de Graduados do Ensino Secundário do 1º Ciclo	5392	SDEJT (2025)	Previsaeo: Dos graduados para o presente ano, 3.132 são da 9ª Classe e 2.260 da 10ª ES1. POR ACTULIZAR, até final do ano.
4.1.MZ_5 Taxa líquida de escolarização na 1ª classe	64%	SDEJT (2025)	A taxa líquida de escolarização foi de 63,6%, correspondendo não ingresso de 36,4% do Publico alvo na Escola
4.1.MZ_5_NP_1 Taxa líquida de escolarização na 1ª Classe (ODS)	63%	SDEJT (2025)	A taxa líquida de escolarização foi de 63%, correspondendo não ingresso de 37% do Público-alvo na Escola
Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas mulheres e homens ao ensino técnico, profissional e terciário acessível e de qualidade, inclusive a universidade			
4.3.MZ_2 Taxa bruta de escolarização no Ensino Técnico Profissional	2,6%	SDEJT (2024)	A taxa reflecte a limitada oferta de instituições de Ensino Técnico-Profissional no Distrito.
4.3.MZ_2_NP_1 Número de efectivos escolares no Ensino Técnico-Profissional	338	SDEJT (2025)	Inclui estudantes matriculados nos institutos técnico-profissionais em funcionamento durante o ano lectivo de 2025.
4.3.MZ_3 Número de estudantes do ensino superior por mil habitantes	NA		Indicador não disponível ao nível distrital, devido à inexistência de instituições de ensino superior no território.
4.3.MZ_3_NP_1 Número de estudantes matriculados no Ensino Superior	NA		Dados não desagregados ao nível do Distrito; a maioria dos estudantes frequenta instituições localizadas fora do território distrital.
Meta 4.c Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos			
4.c.1 Percentagem de professores no: a) pre-escolar; b) ensino primário; c) primeiro ciclo do ensino secundário; e d) segundo ciclo do ensino secundário, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores (por exemplo, formação pedagógica) antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante no país	100%	SDEJT (2025)	Todos professores possuem formação psicopedagógica
4.c.1_NP_1 Número de professores contratados para o subsistema de Educação Geral	38	SDEJT (2025)	Admitidos 38 novos professores no I Semestre 2025, sendo 2 DN4, 15 DN3, 15 DN2 e 6 DN

No que respeita à inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), apenas 24 escolas (24 %) apresentam infraestruturas adaptadas, sobretudo rampas, o que demonstra avanços pontuais, mas

ainda insuficientes face ao universo de 155 escolas e ao número crescente de alunos com NEE matriculados tanto no ensino primário como no secundário. A cobertura de material escolar permanece limitada, beneficiando apenas 17 % dos alunos, o que indica que a maioria das crianças frequenta a escola sem os recursos mínimos necessários para uma aprendizagem efectiva, reforçando desigualdades socioeconómicas já existentes.

Dados actuais indicam progressos pontuais no reforço da rede escolar, com a abertura de duas novas escolas primárias, conforme a meta estabelecida para 2025, e a admissão de 38 novos professores, também em linha com o planeado. No entanto, a expansão da infraestrutura física ficou aquém do previsto, com apenas 4 salas de aula construídas, face à meta de 12, o que contribui para a sobrelotação das turmas. Esta pressão é claramente visível no rácio professor/aluno, que atingiu 107 alunos por professor no ensino primário, constituindo um dos principais entraves à melhoria da qualidade do ensino e ao acompanhamento pedagógico adequado dos alunos. Esta sobrecarga estrutural ajuda a explicar os resultados observados na Meta 4.1, onde apenas 33 % dos alunos da 3.ª classe e do 1.º ciclo do ensino primário atingem as competências básicas de leitura e cálculo, sinalizando fragilidades graves na aprendizagem inicial, com efeitos cumulativos ao longo do percurso escolar.

Em termos de cobertura, Monapo dispõe de 155 escolas, distribuídas pelos três postos administrativos, assegurando serviços educativos a 120 262 alunos do subsistema de Educação Geral, dos quais 56 956 são raparigas. O ensino pré-escolar, apesar de ainda limitado, atendeu 977 crianças em 2025, sobretudo através de escolinhas comunitárias, evidenciando esforços iniciais na promoção da educação na primeira infância. No domínio do acesso e distribuição territorial, a rede escolar apresenta uma expansão moderada entre 2024 e 2025, com um crescimento global de 1,3 %, concentrado sobretudo no nível do Ensino Básico. Contudo, a oferta de ensino secundário permanece limitada, com apenas quatro escolas ES1/2 em todo o Distrito, restringindo a continuidade dos estudos após o ensino básico e reforçando o risco de abandono escolar, particularmente entre adolescentes e jovens.

A análise das taxas de conclusão reforça este quadro de exclusão progressiva: a taxa bruta de conclusão do ensino primário é estimada em 50%, evidenciando que metade das crianças não conclui este nível na idade oficial, enquanto no ensino secundário a situação é ainda mais crítica, com 19% de conclusão no 1.º ciclo e apenas 9 % no 2.º ciclo. Estes dados demonstram que a transição e a retenção dos alunos nos níveis pós-primários constituem um dos maiores estrangulamentos do sistema educativo, associados à oferta limitada de escolas secundárias, à pressão económica sobre as famílias e à baixa qualidade das aprendizagens nos ciclos iniciais.

No que concerne ao acesso ao ensino técnico-profissional e superior (Meta 4.3), os indicadores revelam uma cobertura extremamente reduzida, com uma taxa bruta de escolarização de 2,6 % no ensino técnico-profissional e inexistência de instituições de ensino superior no Distrito. Esta limitação estrutural restringe as oportunidades de formação qualificada para jovens e adultos, condicionando a empregabilidade, a diversificação económica e a mobilidade social, e perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

Em contraste com estes constrangimentos, a Meta 4.c apresenta um desempenho institucional positivo, com 100 % dos professores a possuírem formação psicopedagógica e a admissão de 38 novos docentes em 2025, o que demonstra esforço governamental no reforço do corpo docente. Contudo, este avanço

não tem sido suficiente para compensar o crescimento da população escolar e reduzir os rácios elevados, indicando a necessidade de investimentos mais robustos e sustentados na formação, contratação e distribuição equitativa de professores.

Portanto, a análise do ODS 4 em Monapo evidencia progressos institucionais relevantes na expansão da rede escolar, na formação psicopedagógica dos professores e no aumento do acesso ao ensino primário e pré-escolar, demonstrando um compromisso com a educação inclusiva e equitativa. Contudo, persistem fragilidades estruturais significativas, nomeadamente a precariedade das infraestruturas, o fraco acesso a electricidade, tecnologias e materiais escolares, os rácios extremamente elevados aluno/professor, os baixos níveis de aprendizagem, as reduzidas taxas de conclusão e a limitada oferta de ensino secundário, técnico-profissional e superior, que comprometem a qualidade e a continuidade do percurso educativo. Neste contexto, torna-se necessário reforçar o investimento na melhoria das condições de aprendizagem, na expansão do ensino pós-primário e na redução dos constrangimentos socioeconómicos que afectam a permanência e o sucesso escolar, como via central para promover educação de qualidade em Monapo.

ODS 5: Igualdade de género

O ODS 5, orientado para a promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres e raparigas, constitui um eixo transversal do desenvolvimento social, económico e institucional, num contexto em que persistem desigualdades estruturais no acesso a recursos, serviços, oportunidades económicas e mecanismos de tomada de decisão. As mulheres desempenham um papel central na organização da vida económica e social local, particularmente na agricultura familiar, no comércio de pequena escala e na gestão do bem-estar dos agregados familiares, enfrentando simultaneamente vulnerabilidades associadas à pobreza, à sobrecarga de trabalho não remunerado e à exposição a práticas discriminatórias e violência baseada no género.

A implementação do ODS 5 em Monapo envolve a actuação articulada do SDSMAS, do SDEJT, do SDAE, das autoridades locais, das instituições de justiça e ordem pública e das organizações comunitárias e da sociedade civil. Estas intervenções enquadram-se na Política de Género e na Estratégia da sua Implementação, bem como em instrumentos sectoriais que promovem o acesso equitativo das mulheres e raparigas à educação, à saúde, à protecção social e aos recursos produtivos. Ao nível local, o PESOD e o POA tem procurado integrar de forma progressiva a perspectiva de género, reconhecendo a necessidade de reforçar a participação económica das mulheres, promover a sua autonomia e reduzir as desigualdades que limitam o seu pleno envolvimento no desenvolvimento local.

Do ponto de vista demográfico, Monapo conta com 241 489 mulheres, representando cerca de 48,59% da população total. No que concerne a concretização deste ODS no território local de Monapo evidencia avanços relevantes no plano institucional e comunitário, mas continua fortemente condicionada pela persistência de práticas nocivas e desigualdades estruturais que afectam desproporcionalmente mulheres e raparigas. O objectivo central deste ODS, orientado para a eliminação da violência baseada no género, das uniões prematuras e da desigualdade de oportunidades económicas, políticas e sociais, enfrenta desafios significativos num contexto em que os registos de casos de VBG permanecem elevados e a cobertura dos serviços de protecção e reintegração ainda é limitada, sobretudo nas zonas rurais.

Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 5

Objectivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos			
5.2.1 Percentagem de mulheres e raparigas de (15 a 49 anos de idade) que já tiveram relacionamentos, sujeitas a a) violência física, b) sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade	194	RAMAS/SDSMAS (2025)	Os dados referem-se a casos acompanhados pelos serviços sociais distritais.
5.2.1_NM_2 Número de crianças vítimas de uniões prematuras retornadas às famílias próprias ou colocadas em protecção alternativa	106	RAMAS/SDSMAS (2025)	Os casos referem-se ao número de menores identificadas em situações de união prematura, que foram acompanhadas pelos serviços de acção social e encaminhadas para mecanismos de protecção.
5.2.1_NM_3 Número de casos de violência assistidos	157	RAMAS/SDSMAS (2025)	Inclui casos de violência baseada no género reportados e acompanhados pelo SDSMAS ao longo do ano de 2025.
Meta 5.5 Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública			
5.5.1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres a) na Assembleia da República e b) nos Governos locais (Assembleias municipais)	33%	Assembleias municipais (2025)	11 mulheres de 33 membros da Assembleia Municipal
5.5.1_NM_1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres nas Assembleias municipais	33%	Assembleias municipais (2025)	11 mulheres de 33 membros da Assembleia Municipal
5.5.2 Percentagem de mulheres em cargos de gestão (chefia)	74	RAMAS/SDSMAS (2025)	O valor representa o número absoluto de funcionárias em cargos de chefia; a percentagem não foi calculada devido à ausência do total geral de posições de gestão.
5.5.2_NM_1 Percentagem de mulheres em cargos de direcção e chefia	11	RAMAS/SDSMAS (2025)	O valor representa o número absoluto de funcionárias em cargos de chefia; a percentagem não foi calculada devido à ausência do total.
Meta 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais			
5.a.MZ_1 (a) Número de DUATs, (b) área total de DUATs emitidos com finalidade de agricultura e pecuária; e (c) Percentagem das mulheres com DUATs para singulares com finalidade de agricultura e pecuária	1	RAMAS/SDSMAS (2025)	O Governo do Distrito nao emite DUATS, apenas tramita e no ano passado assim como este nao foi tramitadio nenhum documento. O CMVM emiitiu 1 DUAT para estas áreas para um homem.
5.a.MZ_1_NM_1 Percentagem das mulheres com DUATs singulares com finalidade de agricultura e pecuária	0	RAMAS/SDSMAS (2025)	O Governo do Distrito não emite DUATS, apenas tramita e no ano passado assim como este nao foi tramitado nenhum documento. O CMVM emiitiu 1 DUAT para estas áreas para um homem.
5.a.MZ_1_NM_2 Número de mulheres capacitadas em materias de empreendedorismo	30	RAMAS/SDSMAS (2025)	As capacitações abrangeram formações no âmbito de programas de empoderamento económico feminino.
5.a.MZ_1_NM_3 Número de kits de auto-emprego entregues às mulheres capacitadas	20	RAMAS/SDSMAS (2025)	Distribuidos pela a Associação para o Desenvovlimento do Património de Mértola para o comércio em 2025

No que respeita à Meta 5.2, os dados indicam a continuidade de situações de violência contra mulheres e raparigas no, com 194 mulheres e raparigas entre os 15 e 49 anos a terem sido identificadas como vítimas de violência física, sexual ou psicológica por parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses. Este número, resultante de casos acompanhados pelos serviços sociais distritais, evidencia a dimensão ainda significativa da violência nas esferas públicas e privadas. Paralelamente, foram registados 157 casos de violência assistidos, o que demonstra a existência de mecanismos de atendimento e acompanhamento, embora os valores absolutos sugiram que a violência baseada no género continua a constituir um problema social relevante. No mesmo âmbito, 106 crianças vítimas de uniões prematuras foram retornadas às famílias próprias ou colocadas em mecanismos de protecção alternativa, reflectindo esforços institucionais de resposta, mas também a persistência desta prática nociva no contexto local.

Relativamente à Meta 5.5, os indicadores apontam para progressos moderados na participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão política e administrativa. As mulheres ocupam 33% dos assentos na Assembleia Municipal, correspondendo a 11 mulheres em um total de 33 membros, o que representa um nível de representação significativo, ainda que distante da paridade. No domínio da gestão e chefia, os dados indicam a existência de 74 mulheres em cargos de gestão, bem como 11 mulheres em cargos de direcção e chefia, embora a ausência do número total de posições de liderança impossibilite o

cálculo exacto da percentagem e, consequentemente, uma avaliação mais precisa do grau de igualdade neste nível. Ainda assim, os valores absolutos sugerem uma presença feminina relevante nos espaços de chefia, embora insuficientemente quantificada para aferir equilíbrio de género.

No que concerne à Meta 5.a, relacionada com o acesso das mulheres aos recursos económicos e à terra, os dados evidenciam uma lacuna crítica. Durante o período em análise, não foi emitido qualquer DUAT para mulheres com finalidade de agricultura e pecuária, resultando numa percentagem nula (0%) de mulheres com DUATs singulares. O único DUAT emitido para estas finalidades foi atribuído a um homem, o que demonstra a inexistência de progressos no acesso das mulheres à terra, factor essencial para o empoderamento económico e a autonomia produtiva feminina.

Em contrapartida, a dimensão económica do ODS 5 revela progressos pontuais, com a capacitação 30 mulheres, em 2025, em matérias de empreendedorismo e a entrega de 20 kits de auto-emprego, destinados ao comércio, no âmbito de iniciativas de apoio ao empoderamento económico feminino. Esta iniciativa é reforçada pela existência de 20 associações agro-pecuárias de mulheres, 8 associações lideradas por mulheres e 338 grupos de poupança femininos, que desempenham um papel relevante na geração de rendimento, resiliência económica e solidariedade comunitária. Estes resultados indicam esforços concretos para promover a geração de rendimento, ainda que a escala das intervenções permaneça limitada face às necessidades existentes.

Portanto, a implementação do ODS 5 em Monapo evidencia avanços relevantes na integração da perspectiva de género na planificação local, na participação das mulheres na economia familiar, associativa e em alguns espaços de decisão, bem como na adopção de instrumentos e políticas que promovem a igualdade de género e o empoderamento feminino. Contudo, persistem desafios estruturais significativos, expressos na elevada incidência da VBG, na continuidade das uniões prematuras, na cobertura ainda limitada dos serviços de protecção, na fraca presença das mulheres em cargos de liderança, sobretudo, na ausência de progressos no acesso das mulheres à terra e a recursos produtivos estratégicos. Neste contexto, a concretização plena do ODS 5 em Monapo requer o reforço articulado das respostas institucionais e comunitárias, a ampliação das iniciativas de empoderamento económico feminino, a eliminação de práticas nocivas e a promoção efectiva da igualdade de oportunidades económicas, sociais e políticas, com especial enfoque nas zonas rurais e nos grupos mais vulneráveis.

ODS 6: Água Potável e Saneamento

O ODS 6, orientado para a garantia do acesso universal à água potável segura e a serviços de saneamento adequados, constitui um eixo fundamental para a saúde pública, a qualidade de vida e a resiliência das comunidades. A implementação deste objectivo em Monapo envolve a intervenção coordenada do Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), do SDSMAS, das autoridades locais e dos comités de água comunitários, com o apoio de parceiros de cooperação.

Estas acções enquadram-se nas principais políticas e programas nacionais do sector, incluindo o Plano Quinquenal do Governo, o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR) e os instrumentos de gestão dos recursos hídricos, bem como nas abordagens de saneamento total liderado pelas comunidades. Ao nível distrital, estas orientações são operacionalizadas

através do PESOD e dos planos anuais, com enfoque na expansão e reabilitação de sistemas de abastecimento de água, no reforço da gestão comunitária das infraestruturas, na promoção de práticas de higiene e na redução do fecalismo a céu aberto, contribuindo para a melhoria das condições sanitárias e para a prevenção de doenças de origem hídrica em Monapo.

O sector de água e saneamento assume centralidade para a sobrevivência quotidiana da população e para a concretização de outros ODS, sendo particularmente crítico num contexto de crescimento populacional e dispersão territorial, como em Monapo. Actualmente o território local de Monapo dispõe de 1 205 fontes de água operacionais, maioritariamente compostas por 1 157 furos mecânicos, complementados por 48 Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), 142 fontanários e 816 ligações domiciliárias, o que resulta numa cobertura de água potável de 80,3%, correspondendo a cerca de 395 224 habitantes com acesso. Este desempenho aproxima-se da meta estabelecida para 2025 (81,5%), revelando um progresso significativo, embora ainda insuficiente para garantir o acesso universal, sobretudo em comunidades mais remotas, onde a falta de orçamento para a construção de represas e as características negativas dos solos limitam a expansão das infraestruturas de captação e armazenamento de água.

Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 6

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.			
6.1.1 Percentagem da população que usa fonte de água segura, por área de residencia (Urbano/ Rural/TOTAL)	80,3%	SDPI (2025)	O valor resulta da consolidação de dados distritais sobre o acesso a fontes melhoradas de água, incluindo sistemas de abastecimento e fontenários públicos.
6.1.1_NM_2 Números de sistemas de água construídos/melhorados (Urbano/ Rural/TOTAL)	6	SDPI (2025)	Inclui sistemas de abastecimento de água novos e reabilitados no período de referência, abrangendo tanto áreas urbanas como rurais.
6.1.1_NM_3 Número de fontanários públicos construídos/reparados (Urbano/ Rural/TOTAL)	20	SDPI (2025)	Refere-se a intervenções de construção e reabilitação de fontenários públicos, visando melhorar o acesso comunitário à água potável.
6.1.1_NM_4 Número de furos de água manuais ou sistemáticos (Urbano/ Rural/TOTAL)	0	SDPI (2025)	No período em análise não foram registadas intervenções de construção ou reabilitação de furos de água no Distrito.
6.1.1_NM_5 Número de famílias beneficiadas em tratamento de água com cloro (Urbano/Rural/TOTAL)	0	SDPI (2025)	Não foram implementadas acções estruturadas de tratamento da água com cloro durante o ano de referência.
Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e raparigas e daqueles em situação de vulnerabilidade			
6.2.1 Percentagem da população que usa serviços de saneamento adequados, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão, por área de residencia (Urbano/Rural/TOTAL)	72,6%	SDPI (2025)	A percentagem inclui o acesso a latrinas melhoradas e a instalações básicas de higiene, conforme os critérios nacionais de saneamento seguro.
6.2.1_NM_1 Percentagem da população com acesso ao saneamento seguro (Urbano/Rural/TOTAL)	72,6%	SDPI (2025)	O indicador reflecte a proporção da população com acesso a infraestruturas de saneamento consideradas seguras, incluindo instalações melhoradas.
6.2.1_NM_2 Número de agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas (Urbano/Rural/TOTAL)	1 176	SDPI (2025)	Os dados correspondem a agregados familiares beneficiados por intervenções de construção ou melhoria de latrinas ao longo do ano de 2025.
6.2.1_NM_3 Número de sanitários públicos construídos/ melhorados (Urbano/Rural/TOTAL)	5	SDPI/CMVM (2025)	Inclui sanitários públicos construídos ou reabilitados em mercados, escolas e outros espaços colectivos, em coordenação com o Município.
Meta 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura de forma global			
6.3.MZ_1 Percentagem de águas residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	0	-	O Distrito não dispõe de sistemas formais de tratamento de águas residuais, pelo que não é possível calcular a percentagem de águas tratadas.
6.3.MZ_1_NM_1 Número de fontes de água residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	0	-	Não existem infra-estruturas urbanas de tratamento de águas residuais em funcionamento no período em análise.
6.3.MZ_1_NM_2 Número de esgotos construídos e reabilitados para prevencao de risco de contaminação de agua.(URBANO)	0	-	Não foram registadas obras de construção ou reabilitação de sistemas de esgoto para prevenção de contaminação da água.
6.3.MZ_1_NM_3 Km de drenagem construídas e reabilitadas para prevenção de risco de contaminação (URBANO)	0	-	No período de referência não foram realizadas intervenções de construção ou reabilitação de sistemas de drenagem urbana.
Meta 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento			
6.b.1 Percentagem de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	1	SDPI (2025)	O valor indica a existência de mecanismos institucionais básicos para a participação comunitária na gestão da água e saneamento ao nível local.
6.b.1_NM_1 Número de comités locais para gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	15	SDPI (2025) e Inter Aide (2025)	Os comités locais funcionam como estruturas comunitárias responsáveis pela gestão, manutenção e monitoria dos sistemas de água, com apoio do SDPI e parceiros.

O desempenho observado em 2025 no alcance da Meta 6.1 (acesso universal e equitativo da água potável e segura) foi apoiado pela construção e melhoria de seis sistemas de água e pela construção ou reabilitação de 20 fontenárias públicas, demonstrando um esforço institucional relevante para reforçar o

acesso comunitário, tanto em áreas urbanas como rurais. Contudo, a inexistência de intervenções na construção ou reabilitação de furos de água e a ausência de acções de tratamento da água com cloro ao nível familiar revelam fragilidades na diversificação das soluções de abastecimento e na promoção da segurança da água ao nível do consumo doméstico, sobretudo em contextos de maior vulnerabilidade.

No que se refere ao saneamento do meio, Monapo apresenta uma cobertura de 72,6%, superando a meta de 68,0% prevista para 2025, o que demonstra um esforço consistente na promoção de práticas de saneamento básico e no alcance da Meta 6.2, particularmente através da mobilização comunitária para a construção de latrinas. Este resultado reflecte intervenções concretas, nomeadamente o benefício directo de 1 176 agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas e a construção ou reabilitação de cinco sanitários públicos em espaços colectivos, em coordenação com o CMVM. O facto de a cobertura de saneamento acompanhar de perto os critérios nacionais de saneamento seguro demonstra um avanço importante na redução de riscos sanitários e na promoção da dignidade, ainda que subsistam desafios na expansão equitativa destes serviços para todas as comunidades.

No que respeita à Meta 6.3, a análise revela um dos principais constrangimentos estruturais do sector, uma vez que o Distrito não dispõe de sistemas formais de tratamento de águas residuais, resultando em 0% de águas residuais sujeitas a tratamento, bem como na inexistência de infraestruturas de esgoto e de drenagem urbana construídas ou reabilitadas para prevenção de riscos de contaminação da água. Esta lacuna representa um risco significativo para a qualidade dos recursos hídricos e para a saúde pública, sobretudo em áreas urbanas e periurbanas, limitando o progresso na redução da poluição hídrica e na gestão ambiental sustentável, conforme previsto na Agenda 2030.

No âmbito da Meta 6.b, observa-se um esforço relevante no fortalecimento da participação comunitária na gestão da água e saneamento, evidenciado pela existência de mecanismos institucionais básicos operacionais e pela funcionalidade de 15 comités locais de gestão, apoiados pelo SDPI e parceiros como a Inter Aide. Estes comités desempenham um papel central na gestão, manutenção e monitoria dos sistemas de água, contribuindo para a sustentabilidade das infraestruturas e para a apropriação comunitária dos serviços. Os esforços em curso para o alcance das metas do ODS 6 têm-se concentrado no reforço da governação comunitária e da capacidade técnica local, através da realização de encontros de capacitação com presidentes de comités de gestão de fontes de água e da formação de membros responsáveis pelas manutenções, incluindo artesãos e revendedores de peças para bombas manuais.

Estas acções contribuíram para a reparação de fontes avariadas e para a melhoria da sustentabilidade dos sistemas, reduzindo o tempo de inoperacionalidade e aumentando a fiabilidade do abastecimento. Paralelamente, a mobilização das comunidades para a construção de latrinas, com enfoque nas camadas mais vulneráveis, tem sido determinante para a melhoria dos indicadores de saneamento do meio. Ainda assim, a consolidação destes mecanismos requer o reforço contínuo das capacidades técnicas, institucionais e financeiras, de modo a assegurar que a participação comunitária se traduza em melhorias duradouras na qualidade, segurança e equidade do acesso à água e ao saneamento no Distrito.

Portanto, a implementação do ODS 6 em Monapo evidencia progressos relevantes no acesso à água potável e ao saneamento básico, sustentados por um quadro institucional activo, pela expansão e reabilitação de sistemas de abastecimento e pelo fortalecimento da gestão comunitária. Contudo,

persistem constrangimentos estruturais significativos, nomeadamente as limitações na expansão de infraestruturas em zonas remotas, a inexistência de sistemas de tratamento de águas residuais, a ausência de redes de esgoto e drenagem urbana e as fragilidades na promoção da segurança da água ao nível doméstico, que expõem as comunidades a riscos sanitários e ambientais. Neste contexto, a consolidação do ODS 6 no Distrito exige o reforço do investimento em soluções diversificadas e resilientes de abastecimento, no saneamento seguro e no tratamento de água, bem como o aprofundamento da participação comunitária e das capacidades técnicas e financeiras locais, de modo a garantir um acesso equitativo, sustentável e seguro à água e ao saneamento para toda a população.



ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11, orientado para a promoção de cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, assume crescente relevância no território local de Monapo, num contexto marcado por um processo de urbanização incipiente, pela predominância de assentamentos rurais e por desafios associados ao ordenamento do território, à provisão de infraestruturas básicas e à resiliência face a choques climáticos. A implementação deste ODS envolve a actuação do Governo Distrital, através do SDPI, em articulação com as autoridades locais, outros sectores governamentais e as comunidades, no quadro das políticas nacionais de ordenamento do território, urbanização e gestão do solo.

A nível nacional, este objectivo é enquadrado por instrumentos como o PQG, a Política Nacional de Ordenamento do Território, a Lei de Terras e os programas de desenvolvimento urbano e rural. Estas orientações são territorializadas através do PESOD, POA e dos instrumentos de planificação local, que procuram responder aos desafios da expansão urbana, da melhoria das infraestruturas básicas, da gestão do uso do solo e do reforço da resiliência das comunidades face a eventos climáticos extremos, contribuindo para um desenvolvimento territorial mais equilibrado e sustentável em Monapo.

Em Monapo, a operacionalização deste objectivo tem sido assegurada através de serviços como a elaboração do plano de estrutura urbana, a disponibilização de técnicos especializados, meios de transporte e equipamentos topográficos, bem como a execução de acções concretas de demarcação de terras, licenciamento de construções e emissão de DUATs. Ainda assim, persistem lacunas relevantes, sobretudo associadas ao facto de grande parte das terras parceladas localizar-se em zonas urbanas, enquanto as áreas rurais permanecem maioritariamente não infraestruturadas, o que limita o acesso equitativo à terra urbanizada e à habitação adequada, deixando segmentos da população à margem dos benefícios do desenvolvimento urbano.

Os dados de desempenho indicam avanços significativos na regularização fundiária e no ordenamento do território, com a demarcação de 450 talhões face a uma meta de 510, a emissão de 680 licenças de construção de um total previsto de 700, e um desempenho particularmente elevado na emissão de DUATs, com 6 018 títulos emitidos face a uma meta inicial de apenas 50. Contudo, análise dos indicadores das metas seleccionadas para análise deste ODS evidencia desafios estruturais significativos na materialização de cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis, particularmente no que respeita à mobilidade urbana, planeamento territorial, protecção do património e gestão ambiental.

Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 11

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
Indicador QNI	**VALOR**	**Fonte da Info**	**NOTAS**
Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoa idosa			
11.2.1 URBANO - Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0%	-	Não existe, à data de 2025, um sistema de transporte público urbano estruturado e inclusivo com adaptações específicas para pessoas com deficiência física.
11.2.1_NM_2 - URBANO Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	-	Não foram identificados meios de transporte público adaptados para pessoas com deficiência física no espaço urbano.
11.2.1 - RURAL Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0	-	Nas zonas rurais não existe transporte público formal nem serviços adaptados às necessidades de pessoas com deficiência física.
11.2.1_NM_2 RURAL Número de transporte público adpatados para pessoas com dificiência física	0	-	Inexistência de transporte público adaptado nas áreas rurais do distrito/município.
Meta 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para a planificação e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países			
11.3.1 Rácio da taxa de utilização de terra e de crescimento da população URBANO	0	-	Indicador não calculado por falta de dados sistematizados sobre uso do solo urbano e crescimento populacional actualizado.
11.3.1_NM_1 Taxa de ocupação da terra URBANO	0	-	Não existem dados técnicos consolidados ou estudos recentes que permitam aferir a taxa de ocupação da terra urbana.
Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo			
11.4.1 Despesa total per capita gasta na preservação, protecção e conservação de todo o património cultural e natural, por tipo de património, nível de governo, tipo de despesa e tipo de financiamento privado	0	-	Não foi registada despesa específica nem linha orçamental dedicada à preservação do património cultural e natural no período em análise.
11.4.1_NM_1 Percentagem do orçamento alocado para acções de preservação do património cultural	0	-	Ausência de alocação orçamental específica para acções de preservação do património cultural ao nível local.
Meta 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adoptando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres em todos os níveis			
11.b.2 Percentagem de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres	100%	SDPI/CMVM (2025)	Plano de contigencia Distrital
11.b.2_NM_1 RURAL Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	1	SDPI/CMVM (2025)	Plano de contigencia Distrital
11.b.2_NM_1 URBANO Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	1	SDPI/CMVM (2025)	Plano de Pormenor de Topelane expansao
11.b.2_NM_2 URBANO Número de licencas emitidas para coleta e reciclagem de lixo	0	SDPI/CMVM (2025)	Não foram emitidas licenças para coletas e reciclagem de lixo.

No âmbito da Meta 11.2, os dados revelam a inexistência total de sistemas de transporte público seguros, acessíveis e adaptados, tanto em contexto urbano como rural, resultando numa cobertura de 0% da população com acesso a transporte público conveniente, incluindo para pessoas com deficiência física. A ausência de meios de transporte público adaptados compromete a mobilidade dos grupos vulneráveis, como mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos, limitando o acesso equitativo a serviços básicos, oportunidades económicas e participação social, e reforçando padrões de exclusão territorial.

Conforme referido pelos diferentes grupos vulneráveis entrevistados nesse processo, a inexistência de sistemas de transporte público organizados e acessíveis, tem obrigado a longas caminhadas até mercados, escolas, unidades sanitárias e serviços administrativos, com impactos negativos no acesso à educação, saúde e meios de subsistência. PcD e idosos destacaram barreiras físicas significativas, como estradas degradadas, ausência de passeios e espaços públicos inclusivos, o que limita severamente a sua participação na vida comunitária. As mulheres referiram ainda riscos acrescidos de insegurança nos deslocamentos, sobretudo em zonas pouco iluminadas e mal servidas por infraestruturas urbanas.

Relativamente à Meta 11.3, que visa promover uma urbanização inclusiva e sustentável baseada numa gestão eficiente do uso da terra, constata-se uma fragilidade crítica na disponibilidade e sistematização de dados. A inexistência de informação consolidada sobre a taxa de utilização da terra urbana e o crescimento populacional impede o cálculo do rácio entre estes dois factores, dificultando a avaliação da pressão urbana, da expansão desordenada e da eficácia das práticas de ordenamento territorial. Esta lacuna técnica limita a capacidade institucional de planificação baseada em evidência, reduzindo a eficácia das decisões relacionadas com a gestão de assentamentos humanos sustentáveis.

No que concerne à Meta 11.4, os indicadores apontam para a ausência total de investimento público na preservação, protecção e valorização do património cultural e natural, não tendo sido registada qualquer despesa per capita nem alocação orçamental específica para este fim. Esta situação evidencia a baixa priorização do património no planeamento local, o que pode comprometer a salvaguarda da identidade cultural, a protecção de activos naturais e o potencial de desenvolvimento económico associado ao turismo cultural e ambiental.

Em contraste, a Meta 11.b apresenta um desempenho positivo no domínio da resiliência e da redução do risco de desastres, com a adopção e implementação de estratégias locais de redução do risco, materializadas através da existência do Plano de Contingência Distrital e de instrumentos de ordenamento territorial tanto em áreas rurais como urbanas, como o Plano de Pormenor de Topelane-Expansão. Estes instrumentos demonstram alinhamento com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres e reforçam a capacidade institucional para responder a eventos extremos e ameaças climáticas. Contudo, persistem lacunas na dimensão ambiental urbana, evidenciadas pela inexistência de licenças emitidas para a recolha e reciclagem de resíduos sólidos, o que compromete a gestão sustentável do lixo, a eficiência no uso de recursos e a qualidade ambiental dos assentamentos humanos.

De forma geral, os dados indicam que, apesar de avanços relevantes no planeamento para a redução do risco de desastres, o alcance pleno do ODS 11 continua condicionado pela ausência de sistemas de transporte público inclusivos, pela fragilidade da base de dados para o ordenamento territorial, pela inexistência de investimento na preservação do património e pelas limitações na gestão ambiental urbana. Os esforços actuais para alcançar as metas do ODS 11 concentram-se na urbanização de terras para a comunidade, na construção de infraestruturas sociais básicas como salas de aula e centros de saúde, na abertura de vias de acesso, incluindo pontes e aquedutos, e no melhoramento das infraestruturas eléctricas, acções que contribuem para a consolidação de assentamentos humanos mais estruturados.

No que respeita à provisão de serviços básicos e infraestruturas urbanas, registam-se progressos relevantes, nomeadamente na expansão da rede sanitária com a construção de dois postos de socorros, no reforço da rede escolar com 13 novas salas de aula, na requalificação da biblioteca municipal através da aquisição de 12 computadores, bem como na melhoria da mobilidade urbana com a construção de estradas em pavê e asfaltadas. A aquisição de 600 candeeiros para iluminação pública contribui igualmente para a segurança urbana e para a melhoria da qualidade de vida nos espaços públicos.

Portanto, a análise do ODS 11 em Monapo evidencia que, apesar dos avanços registados na regularização da terra, no ordenamento do território e na adopção de instrumentos de redução do risco de desastres, o desenvolvimento de cidades e comunidades inclusivas e sustentáveis permanece fortemente condicionado por constrangimentos estruturais. A inexistência de sistemas de transporte público acessíveis e adaptados, amplamente referida pelas comunidades, afecta de forma desproporcional mulheres, PcD e idosos, enquanto a fragilidade da base de dados para o planeamento urbano, a ausência de investimento na preservação do património e as lacunas na gestão ambiental urbana comprometem a sustentabilidade a médio e longo prazo. Neste contexto, a concretização plena do ODS 11 exige uma abordagem integrada e centrada nas pessoas, que articule planeamento territorial baseado em evidência, mobilidade inclusiva, valorização do património e reforço das infraestruturas e serviços urbanos, assegurando maior equidade territorial, inclusão social e resiliência climática.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A análise integrada dos sete Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11) seleccionados para a Revisão Local Voluntária (RLV) do Distrito de Monapo evidencia um território em transição, marcado por avanços institucionais relevantes, mas ainda profundamente condicionado por constrangimentos estruturais, territoriais e socioeconómicos que limitam a concretização plena da Agenda 2030 ao nível local. De forma geral, constata-se a existência de enquadramento normativo adequado, alinhamento com políticas e estratégias nacionais e esforços consistentes por parte do Governo Distrital e parceiros; contudo, a capacidade de implementação, a cobertura das intervenções e a sustentabilidade dos resultados permanecem aquém das necessidades reais da população.

No domínio do **ODS 1 – Erradicação da Pobreza**, o diagnóstico revela progressos na adopção de mecanismos de protecção social, na atenção à pobreza infantil, no reconhecimento de direitos de uso da terra e no reforço da resiliência face a choques climáticos. Todavia, a pobreza em Monapo mantém-se estrutural, territorialmente diferenciada e agravada por choques recorrentes, sendo evidente a insuficiência da cobertura dos programas sociais, a sua descontinuidade operacional, a ausência de financiamento distrital próprio e a fraca articulação entre assistência social e inclusão produtiva. Estes factores limitam a redução estrutural da pobreza e reforçam a dependência de mecanismos centralizados de protecção social.

Relativamente ao **ODS 2 – Erradicação da Fome**, a análise demonstra um forte compromisso institucional com o apoio à agricultura familiar, a assistência técnica e a educação nutricional. Ainda assim, persistem níveis elevados de insegurança alimentar e desnutrição, associados à dependência da agricultura de sequeiro, à variabilidade climática, ao fraco acesso à irrigação, à terra formalizada, a equipamentos, financiamento e serviços veterinários. Os testemunhos comunitários confirmam que a produção agrícola continua insuficiente para garantir alimentação adequada ao longo do ano, reforçando a necessidade de uma abordagem mais integrada entre agricultura, nutrição, resiliência climática e acesso a mercados.

No **ODS 3 – Saúde de Qualidade**, registam-se avanços significativos na expansão da rede sanitária, no tratamento do HIV, na redução da mortalidade por malária e no reforço da saúde materno-infantil, reflectindo melhorias na capacidade de resposta do sistema de saúde. Contudo, a elevada carga de doenças transmissíveis, as desigualdades territoriais no acesso, o défice de recursos humanos, as limitações nas estratégias preventivas comunitárias e fragilidades infraestruturais continuam a comprometer o alcance da cobertura universal e da qualidade dos cuidados, exigindo investimentos sustentados e maior articulação intersectorial.

A análise do **ODS 4 – Educação de Qualidade** evidencia progressos na expansão da rede escolar, na formação psicopedagógica dos docentes e no acesso ao ensino primário e pré-escolar. No entanto, a qualidade do ensino permanece severamente comprometida por infraestruturas precárias, fraco acesso a electricidade, tecnologias e materiais escolares, rácios aluno/professor extremamente elevados, baixos níveis de aprendizagem e reduzidas taxas de conclusão, sobretudo nos níveis pós-primários. A limitada oferta de ensino secundário, técnico-profissional e superior constitui um estrangulamento crítico para a mobilidade social e o desenvolvimento económico local.

No que respeita ao **ODS 5 – Igualdade de Género**, o relatório evidencia avanços na integração da perspectiva de género na planificação local, na participação económica associativa das mulheres e em alguns espaços de decisão política. Contudo, a persistência de níveis elevados de violência baseada no género, a continuidade das uniões prematuras, a cobertura limitada dos serviços de protecção e, sobretudo, a inexistência de progressos no acesso das mulheres à terra e a recursos produtivos estratégicos revelam desigualdades estruturais profundas. O empoderamento económico feminino apresenta resultados pontuais, mas ainda insuficientes face à dimensão dos desafios existentes.

Relativamente ao **ODS 6 – Água Potável e Saneamento**, os dados indicam progressos consistentes no acesso à água potável e ao saneamento básico, com níveis de cobertura próximos ou superiores às metas definidas para 2025, sustentados pela expansão e reabilitação de infraestruturas e pelo fortalecimento da gestão comunitária. Contudo, persistem constrangimentos relevantes, nomeadamente a exclusão de comunidades remotas, a inexistência de sistemas de tratamento de águas residuais, a ausência de redes de esgoto e drenagem urbana e fragilidades na promoção da segurança da água ao nível doméstico, que expõem as populações a riscos sanitários e ambientais.

Por fim, a análise do **ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis** revela um contraste marcante entre avanços no ordenamento do território, regularização fundiária e adopção de instrumentos de redução do risco de desastres, e limitações profundas na mobilidade urbana, planeamento baseado em evidência, preservação do património e gestão ambiental. A inexistência de sistemas de transporte público acessíveis e adaptados, amplamente referida pelos grupos vulneráveis, afecta de forma desproporcional mulheres, pessoas com deficiência e idosos, enquanto a fraca base de dados urbanísticos e a ausência de investimento no património comprometem a sustentabilidade urbana a médio e longo prazo.

Em geral, o relatório evidencia que os principais desafios para a concretização dos ODS em Monapo residem na cobertura limitada das intervenções, na fragilidade do financiamento local, na insuficiente articulação intersectorial, nas desigualdades territoriais e sociais persistentes e na necessidade de maior integração das percepções e prioridades das comunidades, em particular dos grupos vulneráveis, nos processos de planificação e implementação. Assim, a consolidação dos progressos alcançados e o avanço rumo ao cumprimento da Agenda 2030 exigem uma abordagem integrada, territorialmente sensível e centrada nas pessoas, que reforce o investimento público e privado, a governação local baseada em evidência, a inclusão social e de género, a resiliência climática e a sustentabilidade dos serviços essenciais, como condição para um desenvolvimento mais equitativo, inclusivo e duradouro no Distrito de Monapo.

Com base nestas constatações, são propostas as seguintes **recomendações estratégicas para acelerar a implementação dos ODS em Monapo**:

- Expandir a cobertura e a integração dos programas de protecção social com iniciativas de inclusão produtiva, priorizando agregados familiares em situação de pobreza crónica, chefiados por mulheres e afectados por choques climáticos;
- Promover sistemas agrícolas resilientes ao clima, através da expansão da irrigação de pequena escala, acesso a insumos melhorados, assistência técnica contínua e ligação a mercados locais e regionais;
- Integrar sistematicamente a nutrição nas intervenções agrícolas, educativas e de saúde, com enfoque específico na prevenção da desnutrição infantil e materna;

- Reforçar a rede sanitária com investimentos em infraestruturas, recursos humanos e logística, garantindo maior equidade territorial no acesso aos serviços de saúde primários e preventivos;
- Melhorar a qualidade do ensino através da redução do rácio aluno/professor, expansão de infraestruturas escolares adequadas, o acesso ao ensino secundário, técnico-profissional e superior, com enfoque na empregabilidade juvenil e na retenção escolar de raparigas e jovens vulneráveis;
- Fortalecer os mecanismos de prevenção e resposta à violência baseada no género, assegurando serviços funcionais, acessíveis e articulados ao nível distrital e comunitário;
- Promover o acesso efectivo das mulheres à terra, a recursos produtivos e ao financiamento, assegurando a implementação prática das políticas de igualdade de género existentes;
- Ampliar o acesso universal à água potável segura, priorizando comunidades remotas e vulneráveis, e assegurando a manutenção sustentável das infraestruturas existentes.;
- Desenvolver sistemas básicos de tratamento de águas residuais, drenagem urbana e gestão ambiental, reduzindo riscos sanitários e de contaminação das fontes de água;
- Implementar sistemas de transporte público acessíveis, seguros e adaptados, com especial atenção às necessidades de pessoas com deficiência, mulheres, idosos e populações rurais;
- Consolidar o planeamento urbano baseado em dados actualizados, assegurando urbanização inclusiva, acesso equitativo à terra infraestruturada e redução de assentamentos precários;
- Garantir a implementação efectiva dos planos de ordenamento territorial e de redução do risco de desastres, integrando adaptação climática em todas as intervenções de desenvolvimento local;
- Reforçar a recolha, sistematização e uso de dados desagregados por género, idade e território, como base para uma governação local orientada por evidência;
- Reforçar o financiamento distrital e a previsibilidade orçamental para a implementação efectiva das metas dos ODS, reduzindo a dependência exclusiva de transferências centrais e de projectos pontuais;
- Melhorar a qualidade, desagregação e harmonização dos dados administrativos locais, assegurando informação regular por sexo, idade, localização e condição de vulnerabilidade para orientar políticas públicas inclusivas;
- Consolidar a RLV como instrumento de governação local, reforçando os mecanismos de e participação efectiva das comunidades e dos grupos vulneráveis na planificação, monitoria e avaliação das políticas e serviços públicos locais,

ANEXOS

- Matriz de dados sobre indicadores dos ODS